

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES DE CULTURA E TERRITÓRIO- PPGCULT**

LILLIAN FONSECA FERNANDES

**O PARQUE ECOLÓGICO CIMBA: TERRITÓRIO E CULTURA COMO
ELEMENTOS DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM ARAGUAÍNA**

ARAGUAÍNA-TO

2017

LILLIAN FONSECA FERNANDES

O PARQUE ECOLÓGICO CIMBA: TERRITÓRIO E CULTURA COMO ELEMENTOS
DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM ARAGUAÍNA

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT; como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território, turma 2015-2017, linha 1, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Elias da Silva

ARAGUAÍNA-TO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F676p FONSECA FERNANDES, LILLIAN .
O PARQUE ECOLÓGICO CIMBA: TERRITÓRIO E CULTURA COMO
ELEMENTOS DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM ARAGUAÍNA. /
LILLIAN FONSECA FERNANDES. – Araguaína, TO, 2017.

103 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Estudo de Cultura e Território, 2017.

Orientador: ELIAS DA SILVA

1. Território. 2. Araguaína. 3. Parque Cimba. 4. Ambiente. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

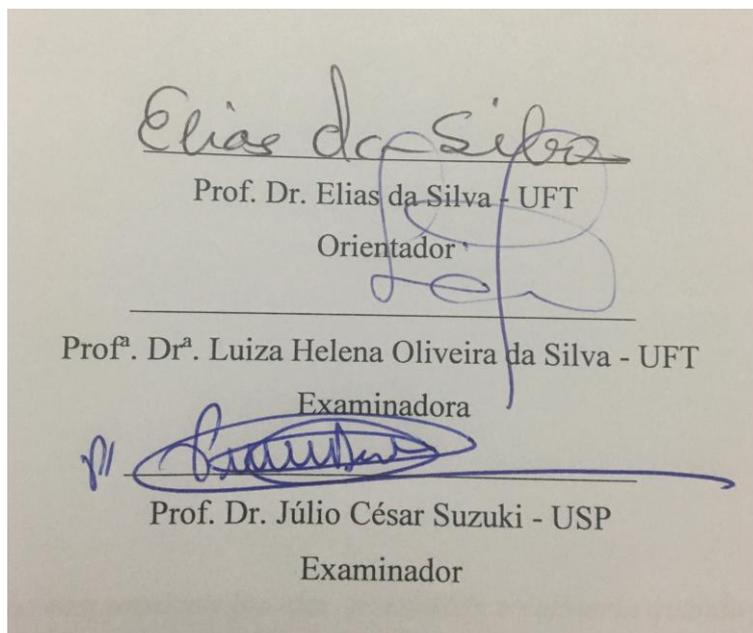
**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LILLIAN FONSECA FERNANDES

O PARQUE ECOLÓGICO CIMBA: TERRITÓRIO E CULTURA COMO ELEMENTOS
DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM ARAGUAÍNA

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT; como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território, turma 2015-2017, linha 1, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 18 de setembro de 2017.



ARAGUAÍNA-TO
2017

DEDICATÓRIA

Aos responsáveis por dar serenidade e calma quando precisei, ao Wesley Gonçalves, meu marido, parceiro de alma e de vida, à minha doce mãe Zeza pela singeleza nas palavras e carinhos preciosos, ao meu pai Wilson pela presença necessária e aos meus irmãos William Fonseca e Wiltton Fonseca pela parceria eterna, e ao meu amado sobrinho João Vítor que trouxe luz para minha vida.

AGRADECIMENTOS

A arte de agradecer não é afeita a muita gente, mas sim, a alguns privilegiados com uma qualidade tão nobre que tento exercitar sempre que me é dada a oportunidade. Neste momento é difícil nominar tantas pessoas responsáveis por me darem forças quando precisei e apoio em momentos necessários para chegar até aqui, mas tentarei fazer com muita honestidade.

Nesta oportunidade quero agradecer primeiramente a Deus, fonte de força sempre, tanto nos momentos difíceis para que eu não desistisse quanto nos momentos de alegria e comemoração, confirmando sempre seus planos em minha vida, a Ele toda honra e toda glória.

Agradecimentos eternos ao meu orientador Professor Elias da Silva, que desde a análise do projeto de pesquisa confiou em mim para o desempenho desse estudo, soube com sua elegância no trato e nas palavras, proporcionar conhecimento e direcionar meus trabalhos acadêmicos com muita maestria. Saiba que não possuem palavras para expressar minha gratidão por esta parceria que foi determinante para chegarmos até aqui.

Foram dois anos de dedicação, estudo, abdicção e de conquistas realizadas em conjunto com o professor Elias da Silva, seja em uma publicação, seja a conclusão de uma aula de campo, seja o encerramento de uma coleta de dados, seja pelas orientações sem dia e sem horário estabelecido, enfim, foram muitos momentos experimentados que jamais poderei retribuir toda a dedicação expressada nesta parceria.

Agradeço ainda professor, pela paciência, inclusive quando precisei me afastar das atividades por motivo de saúde, pois neste caminho ainda passando por uma cirurgia, jamais fui desprivilegiada pelo meu orientador, o que me faz ter ainda mais gratidão por sua presença neste processo. Fica aqui o meu registro de muito, muito, muito Obrigada.

Em total gratidão à vida pela oportunidade ainda de conhecer professores doutores de referência nacional em minha trajetória. Neste momento, o agradecimento é para os componentes de minhas bancas de qualificação e apresentação da dissertação, o Professor Júlio César Suzuki e a Professor Luíza Helena Oliveira da Silva, que com seus apontamentos, e considerações, propuseram a melhoria deste estudo, e fizeram com que fosse possível o encerramento deste ciclo.

A estes professores, o especial agradecimento pela forma carinhosa de corrigir, de ensinar e de expressar seus posicionamentos, em especial pela singeleza nas palavras, sou muito grata e notória admiradora do trabalho de vocês.

Agradeço aos colegas de jornada, demais alunos da primeira turma do Programa de Pós Graduação em estudos de Cultura e Território – PPGCULT, carinhosamente conhecidos como ppgcultianos, por todo o companheirismo durante estes anos, saibam que todos contribuíram para a conclusão deste momento, em especial aos meus colegas de trabalho Daise Alves, Miriam Mendes e Daniel Dominici, turma aguerrida que mesmo diante de todas as dificuldades em acumular a atividade que dá sustento às suas vidas com os estudos, jamais desistiram.

Agradeço a Universidade Federal do Tocantins pela oferta e gestão deste programa tão essencial para vida acadêmica de muitos estudantes, assim como agradeço à secretaria do mestrado na pessoa da Adriana Freire pela prontidão em todos os momentos de agonia e obrigações, prazos e formalidades para que esta conclusão ocorresse.

À Faculdade Católica Dom Orione, na pessoa do Coordenador de Curso Daniel Cervantes Ângulo Vilarinho, pelo apoio durante minhas ausências para as atividades inseridas no mestrado, pelas manifestações de apoio e incentivo em várias oportunidades, saiba que foi primordial para que eu conseguisse chegar até aqui.

E os agradecimentos finais são para os que amo, a minha mãe que desde a inscrição sempre me colocou em suas orações, ao meu pai que sempre acreditou em mim, aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, que me fizeram ter certeza de que valeria a pena, e por fim encerro agradecendo ao meu marido, que além de a ele dedicar esta conquista agradeço por ter feito parte dela, foram muitas abdições nesses anos de dedicação aos estudos, mas que a sua firmeza e paciência me deram forças para não desistir, e em todos os momentos em que as lágrimas rolaram, e não foram poucas, sempre me disse que eu iria conseguir, e eu consegui. Obrigada amor! Obrigada a todos!

EPÍGRAFE

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O Parque Ecológico Cimba situado na cidade de Araguaína analisado pelo viés dos conceitos de cultura e território, como forma de análise dos elementos da percepção ambiental é o objeto da presente pesquisa. Nesse contexto, procuramos nesta perspectiva associar aspectos como a forma principiante de criação da cidade, o papel do Estado local, as características do sítio urbano e a percepção ambiental da sociedade local com base no público frequentador. Analisamos desde o projeto, execução e estruturação, a possibilidade da participação engajada no sentido de pensar a gestão ambiental equilibrada da cidade a começar pelo Parque Cimba. Nesse sentido coube-nos refletir práticas individuais e coletivas referentes à posse da terra, contextualização da área do Parque em seu histórico, seu entorno no contexto da configuração territorial da cidade, sua inserção legal no atual Plano Diretor, já que o mesmo está em processo de revisão. Para tanto analisamos a questão ambiental, em particular no que se refere ao Parque Ecológico Cimba, como um projeto emblemático do discurso ambiental da atual gestão, partindo da percepção ambiental do público frequentador do mesmo. Verificamos que há uma pequena percepção quando observados elementos do Parque, algumas impressões que vem no sentido da legitimação deste projeto, outros que conseguiram efetuar falas com algum grau de criticidade, mas em nenhum momento ficaram indicadas questões mais profundas como a necessidade de pensar a gestão do Parque como base de ampliação à sociedade local com possibilidade de estender a uma visão mais ampla sobre a cidade, já que nesta é razoável o número de áreas de ocorrência de nascentes, portanto, necessárias de receberem o cuidado necessário para o desenvolvimento urbano ambientalmente equilibrado. Este contexto de abordagem levou-nos a caminhar na intenção de perceber os sentidos de valorização do lugar na contramão do contexto global de imposição dos diversos projetos, particularmente quanto ao ambiente, sendo preciso inverter essa ordem, de valorização dos conhecimentos reificados alhures em detrimento dos saberes locais, sejam populares ou técnicos. A ordem do desenvolvimento ambiental equilibrado não se efetivará sem a protagonização do lugar e a consciência da sociedade local em seu engajamento na gestão da cidade. No caso aqui estudado, entendemos ser um começo possível de discussão e efetivação ao conjunto da cidade de Araguaína.

Palavras-chave: Território. Araguaína. Parque Cimba. Ambiente.

ABSTRACT

The Cimba Ecological Park located in the city of Araguaína analyzed by the bias of the concepts of culture and territory, as a form of analysis of the elements of environmental perception is the object of the present research. In this context, we seek in this perspective to associate aspects such as the beginner form of creation of the city, the role of the local State, the characteristics of the urban site and the environmental perception of the local society based on the public. We analyze from the design, execution and structuring, the possibility of participation engaged in the sense of thinking about the balanced environmental management of the city starting with Parque Cimba. In this sense, we were able to reflect individual and collective practices regarding land ownership, contextualisation of the Park area in its history, its surroundings in the context of the territorial configuration of the city, its legal insertion in the current Master Plan, since it is in process review. In order to do so, we analyze the environmental issue, in particular with regard to the Cimba Ecological Park, as an emblematic project of the environmental discourse of the current management, based on the environmental perception of the public attending the same. We verified that there is a small perception when observed elements of the Park, some impressions that come in the direction of the legitimization of this project, others that were able to make speeches with some degree of criticality, but at no time were indicated the deeper issues such as the need to think the management of the Park as a base of expansion to the local society with the possibility of extending to a broader view about the city, since in this it is reasonable the number of occurrence areas of springs, therefore, necessary to receive the necessary care for the environmentally balanced urban development. This context of approach has led us to focus on the intention to perceive the senses of valorization of the place against the global context of imposition of the various projects, particularly on the environment, being necessary to reverse this order, valuing the reified knowledge elsewhere to the detriment of local knowledge, whether popular or technical. The order of balanced environmental development will not take place without the protagonism of the place and the awareness of the local society in its engagement in the management of the city. In the case studied here, we consider it to be a possible beginning of discussion and effectiveness for the whole city of Araguaína.

Key words: Territory Araguaína. Cimba Park. Environment

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Araguaína-TO..	22
Figura 2: Imagem da antiga indústria, atualmente em ruínas.....	31
Figura 3: Vista panorâmica do Parque Cimba antes de sua construção	37
Figura 4: Projeto Arquitetônico realizado pelo Município de Araguaína-TO.....	37
Figura 5: Entrada principal do Parque Ecológico Cimba	38
Figura 6: Registro fotográfico do assoreamento da Avenida Amazonas no entorno do Parque Cimba ..	40
Figura 7: Exemplo de uma esquina com contenção de concreto para águas das chuvas	41
Figura 8: Entulho de materiais de construção como exemplo de depósitos tecnogênicos no Parque Cimba	42
Figura 9: Vista das obras do lago do Parque Ecológico Cimba em meados de 2016.	43
Figura 10: Vista das obras do lago do Parque Ecológico Cimba em meados de 2017, com a construção do paisagismo por parte do poder público..	44
Figura 11: Montagem de registros da construção do projeto de paisagismo no lago artificial do Parque Cimba, com a cobertura dos pneus por concreto.....	45
Figura 12: Registro aa ponte de acesso ao Parque Cimba via loteamento Cimba.	46
Figura 13: Mapa do Parque Ecológico Cimba no contexto da cidade.....	47
Figura 14: Dimensão territorial do Parque Cimba – Área Verde	49
Figura 15: Assoreamento no Lago Azul na cidade de Araguaína..	56
Figura 16: Condições da grama do Parque Ecológico Cimba em setembro de 2016.....	78
Figura 17: Ruínas da fábrica Cimba	79
Figura 18: Mangueira localizada na entrada do Parque ao lado esquerdo	84
Figura 19: Uso dos equipamentos da academia ao ar livre do Parque Cimba.....	85
Figura 20: Árvore de expressiva abrangência no interior do Parque	86
Figura 21: Via às margens da mata ciliar do Parque em área APP	89
Figura 22: Sistema de irrigação instalado em junho de 2017.....	93
Figura 23:: Imagem de divulgação da Prefeitura de Araguaína	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Especificação de entrevistados por bairros e setores em Araguaína. Elaboração própria.....	72
--	----

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	11
INTRODUÇÃO.....	12
1. DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA TERRA NO BRASIL À FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA NO ENFOQUE NO PARQUE CIMBA	19
1.1 A apropriação da terra no Brasil	19
1.2 Araguaína no contexto da formação territorial e urbana do Brasil.....	21
1.3 O projeto Cimba no contexto da formação territorial e urbana de Araguaína.....	28
1.3.1 A criação do Parque Cimba: parceria entre o Poder Público e a família Boa Sorte	31
2. O PARQUE ECOLÓGICO CIMBA E SEU ENTORNO COMO HERANÇA DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA.....	36
2.1 A caracterização do Parque Cimba, o processo de urbanização, elementos e símbolos na construção do espaço.	36
2.2 O Parque Ecológico Cimba no contexto do sítio urbano de Araguaína	46
2.2.1 Do ambiente à configuração local do Parque Cimba na cidade de Araguaína-TO..	53
2.3 O Parque Ecológico Cimba no contexto do Plano Diretor de Araguaína.....	60
3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA PRODUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO CIMBA PARA PENSAR A GESTÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA	66
3.1 O projeto à luz da dimensão vivida: saberes para pensar a gestão dos espaços públicos	66
3.2. A dimensão vivida: impressões da sociedade local a partir dos usuários do Parque.....	70
3.2.1 Entre fatos e boatos, o espaço/lugar Cimba na dimensão do imaginário local.....	79
3.2.2 - Impressões dos entrevistados quanto ao ambiente.....	87
3.3 Incursões à gestão participativa em Araguaína sob a ótica do Parque Ecológico Cimba: a emergência da gestão social engajada.....	91
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

A construção dos espaços urbanos de amenidades deve ser fruto da junção de inúmeras ações e forças, uma vez que a formação das cidades deve ser resposta de valores e ideais dos seus habitantes. Nesse sentido, a nossa intenção aqui é refletir sobre a formação da cidade de Araguaína, em especial a construção do Parque Ecológico Cimba, percorrendo um pouco da trajetória histórico-espacial e ambiental, perpassando sobre os interesses privados e públicos, tendo na forma de apropriação da terra (MARTINS, 1990), associado ao sítio urbano e a maior ou menor ausência do Estado local (SILVA, 2014).

Buscamos uma argumentação plausível para compreendermos todo o invólucro relativo às características identificáveis na concepção, e percepção ambiental dos frequentadores do Parque Ecológico Cimba, que é o primeiro da cidade e que, devido a isto, torna-se, no momento, atributo de um discurso que pende para afirmar sobre a prática de uma sustentabilidade ambiental em curso na atual gestão da cidade.

No ano de 2015 houve a aprovação do projeto e construção do Parque Ecológico Cimba, sigla que significa “Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica”, tendo como finalidade dar efetividade a ações ecológicas e ambientais. Sua implementação é um projeto ainda em desenvolvimento, considerando que o mesmo ainda passa por diversas obras estruturais, mas desde o dia de sua parcial inauguração é frequentado por várias pessoas, contudo, há de se questionar se o parque de fato atingiu ou atinge as finalidades da sua construção.

A discussão e preocupação com aspectos ambientais na atual sociedade são relevantes quando nos deparamos com o crescimento do consumo dos bens naturais de forma exacerbada (GEORGE, 1976), do crescimento urbano sem as devidas precauções no que tange ao manejo e preservação de recursos naturais. Nesta linha, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) possui previsão específica sobre o direito ao ambiente equilibrado e contemplando as devidas obrigações do poder público com vistas à sua proteção, expressas no artigo 225 da norma constitucional.

A previsão constitucional da proteção ao ambiente, assumida como resposta às conquistas sociais e ao contexto histórico de conquista de direitos. Isso porque os direitos

adquiridos são frutos, inclusive, de uma construção histórica e de situações vivenciadas por gerações, a fim de prever em lei e regras de bem viver com equilíbrio e respeito (BOBBIO, 2004).

Portanto, sendo a questão ambiental discutida valorada euforicamente em se tratando de Direito, sendo entendida como uma conquista histórica dos direitos do homem e uma forma de respaldar a execução desta previsão que é, inclusive, constitucional investigando se, a partir dos instrumentos mobilizados na presente investigação e da abordagem teórica de que lançamos mão, seria possível considerar que existe, no contexto local da cidade de Araguaína-TO, interesses relativos aos aspectos ambientais, inclusive no que se refere à preservação ambiental, incluindo as nascentes, plantas nativas e práticas ecológicas.

O Parque Ecológico Cimba, no contexto ambiental de Araguaína, é por nós concebido como um espaço com o qual a sociedade local estabelece diferentes maneiras de identificação afetiva e que, a partir dos usos que dele faz constantemente, assume para com ele impressões de subjetividade nas mais diversas situações, estabelecendo relações e sentidos (LANDOWISK, 2014) e que, embora população não tenha participado efetivamente da produção e implantação do projeto, o que será constatado nas análises realizadas, há uma possível miopia por parte dos gestores locais, fruto do amplo e arraigado processo de valorização cega de subserviência aos saberes externos que culturalmente que são impostos de centros, sobretudo o europeu, perpetuado na colonialidade do saber (MIGNOLO, 2003), o que, sem sombra de dúvidas, exige uma inversão e mudança de atitude no sentido de ressignificar os conhecimentos produzidos nos lugares, sem que para isso se anule qualquer saber reificado.

Propomos nos, então, a uma abordagem dos processos de concepção e efetivação do Parque Cimba, no contexto da produção da cidade de Araguaína, elencando aspectos históricos da apropriação da terra, associados às características do sítio urbano e à gestão por parte do Estado local, além de uma verificação de impressões ambientais, como preservação ambiental, relação entre o sujeito e os recursos naturais, observações de plantas nativas, por parte da sociedade local a partir dos frequentadores do parque quanto à sua implantação, estruturação e participação relativa à gestão do mesmo, para buscarmos contribuir com reflexões sobre uma gestão ambiental mais equilibrada em Araguaína.

Na efetivação da proposta do objetivo geral, os específicos compõem o leque de: primeiro apresentar o contexto histórico da ocupação da terra e formação da cidade de Araguaína; analisar a formação do Parque Cimba no contexto da cidade, relacionando-o com aspectos da configuração territorial e características de seus entornos e da própria cidade, com

registros de mapas, registros fotográficos, discussão teórica, associando a verificação do sítio à gestão urbana por parte do Estado local a fim de apresentar a situação local e as ocorrências inerentes ao ambiente e as documentos oficiais sobre tal; e, por fim, contemplar o Parque Cimba em seu processo de concepção, efetivação e percepção ambiental por parte da população frequentadora, com vistas a pensar a gestão socialmente engajada para o equilíbrio ambiental da cidade.

Toda a teorização desenvolvida em nossa investigação envolveu diretamente as discussões sobre território, assim como de espaço, e da própria conceituação de ambiente. Para tanto utilizamos a revisão bibliográfica para levantamento de informações; documentos emitidos pelo poder público municipal, como relatório de processo participativo, projeto de lei de revisão do plano diretor, assim como documentos jurídicos que dizem respeito ao loteamento Cimba, com a defesa no processo judicial e laudos ambientes que fazem parte de nosso estudo

Analizamos ainda as postagens na rede social da gestão pública municipal referente ao objeto desta pesquisa, como forma de subsidiar a busca por respostas que nos proporcionem analisar a percepção ambiental na cidade de Araguaína.

Foram realizados mapas de localização, imagens de satélite através de captura pelo Google Earth, que teve como finalidade localizar de forma mais precisa possível a paisagem analisada, não deixando de situar o local estudado e os dados levantados através de entrevistas.

Foram realizadas coletas de dados, com trabalho de campo no Parque Cimba, com a realização de entrevistas nos anos de 2016 e 2017, em um total de 51 entrevistados, sendo que as mesmas foram realizadas em todos os dias da semana, tanto no período diurno quanto noturno, contemplando ambos os períodos predominantes do clima regional (de maior estiagem de chuvas, como nos meses de julho e agosto; e períodos mais chuvosos, como no mês de fevereiro). cremos ser importante destacar esta divisão de momentos e dias da semana para a realização das entrevistas, uma vez que a busca era investigar o uso, acesso, comportamento e percepção dos entrevistados. Pensamos que, dividindo em todos os períodos de fluxos essa análise seria mais abrangente e, provavelmente, mais coerente.

Como teoria para dar subsidio à análise dos dados, utilizamos a Semiótica Discursiva de linha francesa, para nos auxiliar na compreensão de sentidos dos discursos produzidos tanto pela gestão pública quanto pelos entrevistados no uso do Parque Cimba, levando em consideração a visão de cada um e de como discursam sobre suas relações com o parque, quer seja comerciante, profissional, visitante, turista, dentre outros.

No capítulo 1 abordamos a ocupação da terra no espaço urbano em que realizamos uma análise sobre os aspectos culturais existentes e relações associadas à terra, em especial com o acesso dos habitantes de Araguaína com o uso e posse da terra, além de abordarmos a discussão tratada por Martins (1990) e Ratzel (1990) quando afirmam sobre o “tripé” (Estado, território e povo), e tratam das condições em que a terra tornou-se, no Brasil, a maior fonte capitalista, bem como a produção das cidades como consolidação da formação territorial brasileira.

Além de apresentarmos nosso percurso teórico-metodológico, há no capítulo primeiro uma contribuição sobre a compreensão das características de formação de Araguaína, que compreende desde a estruturação inicial, atendendo a um dos objetivos específicos, à discussão sobre os fatores histórico/territoriais de formação de Araguaína, entendidas como herança cultural local perante o contexto brasileiro e tocantinense.

Assim, trata-se de uma explanação contemplando as especificidades do objeto sobre o qual nos debruçamos com a contextualização teórica em autores que julgamos necessários ao nosso diálogo. Neste momento, os discursos analisados estão associados ao teor histórico/geográfico no que se refere à formação territorial local. Assim, utilizamos desde autores mais clássicos da discussão conceitual como Friedrich Ratzel, quanto históricos da formação territorial brasileira, como José de Souza Martins.

No capítulo 2, tratamos o Parque Ecológico Cimba e seu entorno como herança da configuração territorial de Araguaína, tratando da caracterização e formação do mencionado parque no processo de urbanização da cidade como forma de construção do espaço. Para tanto, a discussão dos instrumentos públicos, práticas da gestão pública, prioridades e formas de concretização destas áreas públicas.

A cidade de Araguaína, em seu território político-administrativo, deve englobar o conjunto da sociedade local no compromisso com laços de identidade e exercício de cidadania que vão do individual ao coletivo. Nesse sentido, o poder público detém em suas bases as possibilidades para tanto, isso porque o ano de 2016 é apontado como o ano para a apresentação da revisão e aprovação do Plano Diretor da cidade de Araguaína-TO, que constitui um instrumento de planejamento com indicações de organização e desenvolvimento do município, sendo resposta de determinação constitucional, orientando o poder público e as iniciativas privadas na construção do uso e gozo do espaço público urbano e rural. Mesmo sendo um documento público que em regra é de participação popular no que se refere a sua votação e aprovação.

Nas discussões tecidas, estão presentes os aspectos ambientais previstos para o município, particularmente a cidade de Araguaína, assim como as escolhas das áreas verdes e de preservação, além dos limites ambientais estabelecidos, dentre outros. Porém, pensar em um Plano Diretor que possui como próxima revisão programada o prazo de 10 (dez) anos, deve-se levar em consideração os aspectos sociais, culturais e históricos, o que nos exige uma proposta que atenda aos anseios sociais da atual realidade, assim como também um estudo sócio-histórico da relação da população com o ambiente urbano, e seus reflexos organizacionais, o que deve sem dúvida ser objeto de análise na presente pesquisa.

A intenção e esforço de produção do nosso segundo momento, conforme expomos, indica o trajeto necessário que percorreremos no terceiro momento, ou seja, em nosso terceiro capítulo, em que trataremos da percepção ambiental na produção do Parque Ecológico Cimba para pensar a gestão e a proposição de modelo de gestão urbana engajada da cidade de Araguaína.

Nossa intenção é, portanto, associar métodos, leituras, informações coletadas durante as visitas e entrevistas realizadas no Parque Cimba nos anos de 2016 e 2017.

Contemplamos no capítulo 3, após as abordagens de caráter processual de apropriação da terra e do território local e da abordagem de caracterização da realidade atual, a análise da gestão do Parque Ecológico Cimba como a mais recente e expressiva área produzida pelo poder público local, tendo a urbanização irregular e desigual como sua maior inimiga, a partir do projeto arquitetônico produzido pela gestão pública, além das entrevistas mobilizadas e registros fotográficos.

Dada a análise dos diversos discursos implícitos, quando se valorizam os saberes cotidianos, cuidamos em inserir, neste terceiro momento, nossa abordagem aproximada à Semiótica do Espaço, nos diversos discursos que expressam a sociedade nos seus interstícios, suas práticas e significações cotidianas de vida, cujos discursos o poder público deveria se preocupar no sentido efetivamente engajado, pois a complexidade local (SANTOS, 2008), sobretudo em tempos de globalização, não aceita os discursos hegemônicos, nem os projetos impostos sem participação da sociedade local.

O lugar é complexo, por isso exige ousadia com participação e engajamento abrangente e representativo da sociedade civil detentora do conhecimento empírico e culturalmente consolidado. Vale ratificar que os conhecimentos cientificamente consolidados em lugares

alhures, no passado desses mesmos lugares, não passavam de projetos locais que se tornaram globais com o tempo, graças à colonialidade do saber (MIGNOLO, 2003).

As falas dos indivíduos nesta proposta são relevantes, uma vez que o discurso assumido e repetido socialmente também é objeto de nossa investigação. Nesse sentido, a aplicação da Semiótica Discursiva por meio de Eric Landowski, nos subsidiam nas análises desse material colhido diretamente no seio da população de Araguaína, em especial com os frequentadores do parque Cimba.

A relevância do tema se confirma quando se verificam projetos de expansão urbana sem a presença de quaisquer elementos que contemplem a questão ambiental. Nesse aspecto a análise das relações político-institucionais – segmentos sociais, ambiente, poder público - com o contato direto com a Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, faz-se necessária.

O exercício da gestão urbana engajada expressada em uma forma de fórum permanente de discussão de questões que não necessariamente se esgotam numa única ação, como é o caso da água, das áreas verdes, da poluição, do trânsito etc. Assim, apresentamos algumas sugestões de atuação cujas respostas só são significativamente consideradas se vierem das representações sociais lançadas em relação ao ambiente local.

A dimensão subjetiva dos saberes, vindos das bases sociais representadas serve exatamente para ressignificar os saberes dos legados científicos já consolidados em lugares alhures à realidade local particular e singular, já que a complexidade é a marca principal do espaço do lugar (SANTOS, 2008), pois onde todos os homens estão reunidos, todas as formas de trabalho, todas as formas de manifestação cultural e, sobretudo, onde os prejuízos ambientais se materializam, considerando que as qualidades ambientais não são bens privados, mas coletivos, logo, as mazelas ambientais também o são. Este é o sentido de nossa proposição a qual carece do engajamento social em sua totalidade, sem o qual assumimos que somente o poder público local jamais conseguirá executar a gestão ambiental equilibrada (SILVA, 2014).

A Semiótica Discursiva, trazida como teoria e fundamentação teórica, em especial no terceiro momento, foi determinante para perceber os sentidos dos discursos. Tais conceitos foram empregados com o fim de levar em consideração a relação dos sujeitos e entrevistados com o espaço. Nesta ideia de analisar os sentidos, os quais aplicados aos segmentos sociais da sociedade local produzem os significantes, que cotidianamente no discurso do vivido são percebidos. Entendemos os parques, as nascentes, as Áreas de Preservação Permanente (APPs),

muito mais que puramente convenções legais e juridicamente instituídas, já que podem ser assumidos enquanto entes sociais da organização urbana araguainense que devem ser concebidos como parte da vida, caso sejam preservados, ou destruição, caso sejam tratados como empecilho ao simples crescimento físico urbano. Cabe, neste sentido, aplicar a noção de desenvolvimento como superação à simples noção de crescimento. Buscamos, com tal adoção teórica, entender para além do que se percebe visualmente, uma tentativa de compreensão dos sentidos das ações humanas.

Para Landowski, “[...] a semiótica estrutural (ou se preferir “discursiva”, ou ainda — para personalizar as tendências — ‘greimasianas’) procura, por sua vez, colocar a questão da emergência do sentido, concentrando-se na dinâmica da própria relação entre sujeito e objeto” (LANDOWSKI, 2001, p 35).

Assim, como resultado foi possível reconhecer a ausência de uma percepção ambiental por meio dos entrevistados e frequentadores do parque cimba, o que acabou por nos autorizar a apresentar proposições de gestão engajada, a fim de fazer valer o real sentido e finalidade do parque ecológico cimba na cidade de Araguaína-TO.

1. DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA TERRA NO BRASIL À FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA NO ENFOQUE NO PARQUE CIMBA

1.1 A apropriação da terra no Brasil

O estudo e a análise da apropriação da terra no Brasil exige uma discussão sobre os conceitos de território existentes na literatura geográfica. Nesse contexto é essencial referenciar o conceito de território de Ratzel (1990), para quem “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74). Há o entendimento e a interpretação pelo viés antropológico do conceito de território, o que dá importância à existência humana vinculada ao solo, ou à superfície terrestre. Nessa direção,

Podem-se elencar em Ratzel [...] três princípios fundamentais da razão de se estudar o território, quais sejam: as influências que as condições naturais exercem sobre as sociedades; o aspecto da distribuição dos agrupamentos humanos pela superfície do globo terrestre; o estudo do território no que diz respeito à sua formação, sua organização, sua disputa e seu papel político. SILVA, 2009, p. 29).

Os dois motivos fundamentais na apropriação e produção do território dizem respeito à habitação e alimentação, necessidades vitais à reprodução da vida social. A forma eficaz de garantir apropriação, produção territorial, é a organização social com base no Estado. Esta é a instituição garantidora da sustentação do território e de um povo sobre esse território. (SILVA, 2009, p. 30).

A existência humana tem relação direta com o conceito de território, posto que dá sentido, faz sentir, tem relação, ou seja, está intimamente ligado com a nossa organização social.

A ligação do povo com o território diz muito sobre o passado contido naquela localidade. Pensar a ocupação territorial e os sistemas urbanos vividos atualmente exige de forma essencial uma abordagem sobre a origem de tais ocupações. Para Abreu (1997), há necessidade de se revisitar o passado para que se possa pensar o futuro, o que faz todo o sentido especialmente em se tratando de um estudo sobre a territorialização de um determinado local com o intuito de analisar suas consequências.

As terras brasileiras, inicialmente ocupadas pelos colonizadores, foram e são características de um povoamento à base da ocupação, fruto de um poderio econômico e político que se relacionou com o uso da terra. Segundo Del Negri (2012), o Brasil, mesmo com a

abolição da escravidão, não perdeu o exercício do latifúndio. Assim, o país enfrentava tal situação desde seu “descobrimento”, como afirma o autor, “passando pelas Capitánias Hereditárias (doação de lotes de terra para 13 amigos do Rei de Portugal), até a subdivisão em sesmarias (lotes de terras que a Coroa Portuguesa cedia às pessoas que se dispusessem a cultivá-los)” (NEGRI, 2012, p. 48). Houve, então, a extinção dos referidos sistemas com o marco histórico da independência do país, datado de 1822, porém a terra adquirida nesse contexto pelos seus possuidores ficou sem qualquer respaldo legal.

José de Souza Martins (1990), em sua obra *O Cativo da Terra*, refere-se à terra, afirmando que a mesma passa a ser oficializada como propriedade, a partir de 1850, em resposta aos imperativos do capitalismo mundial, embora adaptado às singularidades da realidade brasileira (MARTINS, 1990). A modificação do contexto de concepção de riqueza, superando o sistema de escravidão para o de trabalho assalariado, em que a terra passa a ser cativa por meio da compra em contrapartida à condição do escravo que passa a ser livre do ponto de vista legal, o que também trouxe um novo contexto de acumulação de riqueza. A lei de nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de terras dispõe:

[...] sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850)

É a previsão de garantias legais para dar preço à terra, e para que a sua comercialização e forma de exploração fosse possível naquele momento, assim como impondo garantias de que seu uso e acesso fosse limitado ao preenchimento de requisitos estabelecidos em lei. Ainda segundo Martins (1990),

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra dos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1990, p. 58-59)

A mudança no contexto econômico que fora atrelado diretamente à propriedade de terra, sendo forma legal de demonstração de riquezas e poder, nos comprova a atribuição da terra

neste momento, numa herança brasileira que tem se perpetuado tanto no campo como nas cidades brasileiras, possibilitando compreender grande parte dos seus problemas no âmbito da gestão e das heranças perpetuadas do enriquecimento de poucos em detrimento da desassistência da grande maioria de suas populações e da reprodução de práticas excludentes com relação ao direito a estas. Neste contexto é oportuno contemplar um pouco da formação territorial de Araguaína.

1.2 Araguaína no contexto da formação territorial e urbana do Brasil

A cidade de Araguaína contempla em sua narrativa histórica algumas situações peculiares. Foi inicialmente conhecida como povoado do município de Filadélfia e, algum tempo depois, nomeada distrito e, só após e por meio da Lei Municipal nº 52, de 20 de julho de 1958, foi autorizado o desmembramento do distrito para então ser criada a cidade. No dia 14 de novembro de 1958, a Lei Estadual nº 2.125 decretou a criação do denominado município de Araguaína, sendo esta a data de sua criação formalmente constituída para fins de marco histórico, conforme texto da lei.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - É criado o município de Araguaína, que se constitui da área territorial do distrito do mesmo nome, do município de Filadélfia. (GOIÁS, 1958).

Segundo as informações constantes, no site eletrônico da Prefeitura de Araguaína-TO, a cidade de Araguaína está compreendida na região entre os rios Lontra e Andorinhas, informando que o território foi ocupado, primeiramente, por tribos da etnia Carajá.

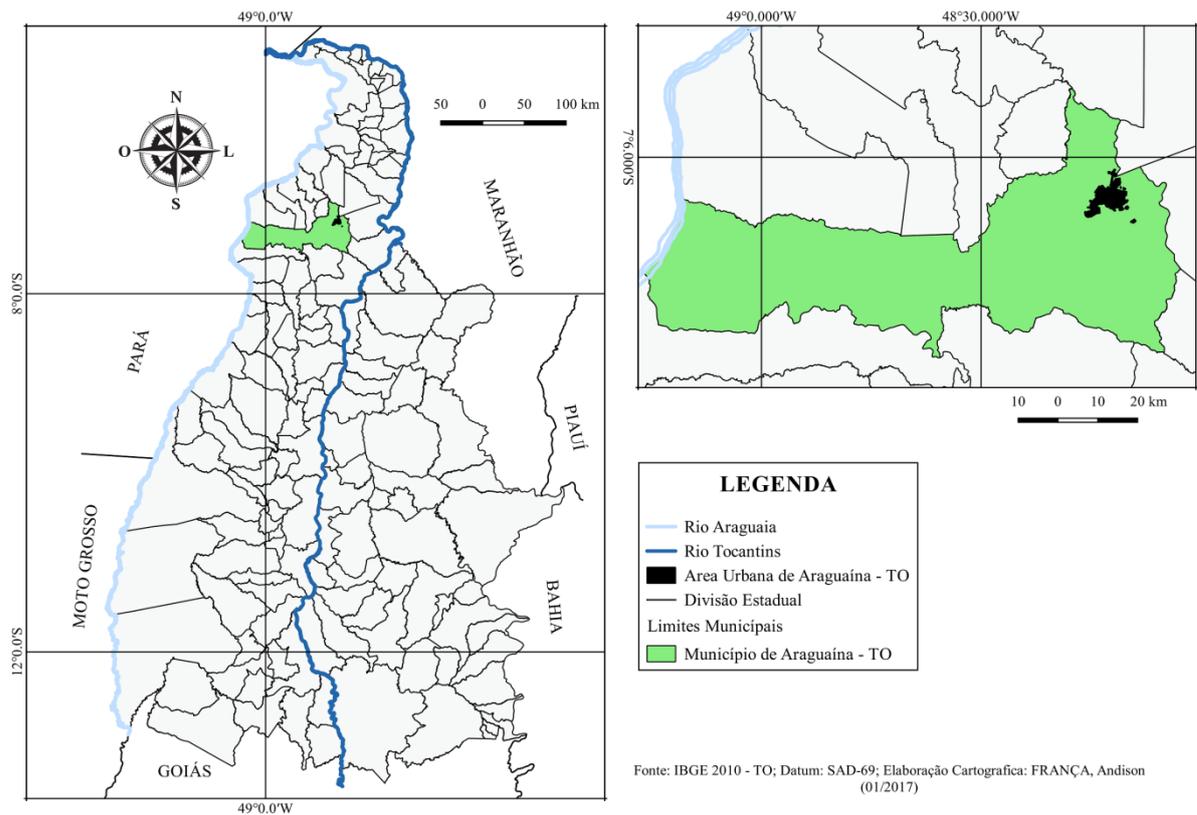


Figura 1: Mapa de localização da cidade de Araguaína-TO. Fonte: IBGE – TO; Datum: SAD-69; Elaboração Cartográfica: FRANÇA, Andison (01/2017).

O site da prefeitura salienta ainda que, no ano de 1876, a região que abrigaria a futura cidade recebeu os primeiros migrantes que chegaram ao norte tocantinense. João Batista da Silva e família, oriundos da cidade de Paranaguá, no estado do Piauí, fixaram moradia na margem direita do Rio Lontra. Nos relatos apresentados há a informação de que “[...] o pequeno povoado passou a se chamar ‘Livra-nos Deus’, devido ao constante temor de ataques indígenas e de animais selvagens” (ARAGUAINA, 2016).

No mesmo ano a região recebeu outras famílias que também se mudaram para a cidade, fixando domicílio e que fizeram parte da mudança do nome do município para Lontra, que possui como referência o Rio Lontra, às margens do qual a cidade está situada e que é considerado de grande utilidade para o desenvolvimento da região. Segundo Pereira uma narrativa oportuna é a que:

Araguaína é o principal município do Estado do Tocantins. O início do seu povoamento data de 1866, com a chegada de agricultores procedentes do Piauí, liderados por Tomaz Batista. Em 1925, chegaram às famílias de Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira. Esses primeiros habitantes que se dedicaram ao cultivo do café às margens do rio Lontra, e, nessa localidade, nasceram o povoado que viria a ser denominado de Lontra, subordinado jurídica e administrativamente ao município de São Vicente do Araguaia. (PEREIRA, 2013, p. 116)

É registrada no site oficial da gestão atual, um relato histórico de Araguaína a instalação da primeira igreja católica da cidade (obra da congregação Orionita) em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, com a presença dos religiosos na cidade, os quais teriam contribuído diretamente para a construção da mesma. Assim, como a igreja está presente na história da cidade, há registros de que em 5 de maio de 1957 foi criada a Paróquia de Araguaína, sendo designado o Padre Pacífico Mecozzi como seu responsável religioso, (ARAGUAÍNA, 2016).

Em 14 de novembro de 1958, pela lei estadual nº 2.125, foi criado o município de Araguaína, o qual foi instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1959 e teve como seu primeiro prefeito o Senhor Casimiro Ferreira Soares, realizando sua administração até 3 de outubro de 1960, com substituição por Henrique Ferreira de Oliveira (ARAGUAÍNA, 2016). As informações referenciadas afirmam ainda que na mesma data foram realizadas as primeiras eleições municipais, sendo eleito para prefeito municipal Anatólio Dias Carneiro, para vice-prefeito Sr. Raimundo Falcão Coelho.

Inicialmente, a cidade de Araguaína possuía a atividade de cultivo de cereais que eram comercializados nos arredores, em especial no povoado do Coco, atualmente denominada Babaçulândia, porém, a atividade não subsistiu, tendo em vistas as dificuldades no escoamento da produção pela ausência das vias terrestres capazes de dar vazão à demanda da produção. A preocupação então corrente na localidade seria acerca da promoção de atividades capazes de garantir a manutenção do município e viabilizar a prática de mercado com viabilidade econômica. Esta, contudo, não era uma preocupação exclusiva da região de Araguaína, mas do interior do Brasil, que era carente de facilidades de acesso às atividades econômicas mais rentáveis, isso porque a preocupação inicial era povoar o interior por meio dos rios, ou seja, fazer do interior, área viável para se escolher morar e desempenhar atividades econômicas. (ARAGUAÍNA, 2016),

A escolha por terras mais longínquas do grande centro, da capital federal, não foram escolhas despreziosas, isso porque a ocupação de terras interioranas se deu como resposta a uma política de ocupação realizada no país, fruto inclusive da pretensão e dos interesses da coroa portuguesa – como relata Lira (2011), quando afirma que o advento das Bandeiras, que permitiram a interiorização do Brasil, quer fosse à busca de ouro, quer fosse à caça e aprisionamento de índio, somente a partir de então o Brasil Central começa a ser desbravado. Nas palavras de Pereira (2013), é possível percebermos a demonstração das formas e como se deu a concretização da ocupação no norte do país em especial o território tocantinense.

As atividades mineradoras se intensificaram no Centro-Oeste com duas frentes de penetração, sendo uma pelo Norte (atual Tocantins) pelos rios Tocantins e Araguaia e, a outra, pelo Sul de Goiás. Aqui, talvez começa a diferenciação das duas áreas ocupadas. Geralmente, pelo Norte se tinha a entrada de nordestinos e paraenses; e, pelo sul, paulistas e mineiros. A forma de ocupação se difere entre si e, conseqüentemente, agrava ou começa a grande “rivalidade” das duas áreas de um mesmo território. (PEREIRA, 2013, p. 64).

A relação entre ocupação territorial e atividade econômica responde à forma de acesso às terras no interior do Brasil, isso porque as atividades de mineração, somadas à atividade pecuária, dão conta da estrutura econômica que fez surgir relações territoriais mais firmes no Estado do Tocantins, território este pertencente ao norte do estado de Goiás, situação que se manteve até final da década de 1980. Há que se considerar a ressalva trazida por Pereira (2013), quando faz menção ao entendimento de que a ocupação do Estado do Tocantins é complexa havendo afirmações de que as entradas das Bandeiras em nada contribuíram para a efetiva ocupação do território mencionado, que se liga à ideia proposta por Parente, quando afirma que

O norte de Goiás sempre sofreu medidas que freavam o seu desenvolvimento enquanto durou a melhor fase do ouro. Quando do descobrimento das primeiras lavras no sul da Capitania, a Coroa restringiu o escoamento do ouro a um único caminho. Com o surgimento das minas no norte, foi proibida a navegação fluvial, eliminando-se, portanto, a maneira fácil e econômica de a região atingir outros mercados consumidores, pelos rios Tocantins e Araguaia: os portos marítimos das capitais do norte da Colônia. (PARENTE, 2002, p. 174)

A abordagem tecida sobre a forma de constituição e ocupação do território no Tocantins exige a observação e análise de vários elementos como resposta para a constituição desta configuração. A mineração estava diretamente ligada à ocupação do solo e à formação do território, o que, na análise de Pereira (2013), é responsável pela formação da paisagem a qual reflete as escolhas locais de atender ao viés econômico da mineração. Essa formação e configuração territorial do Estado do Tocantins responde também às escolhas realizadas pelo poder público em consequência à sua população, o que também foi influenciador diretamente no conjunto e construção de suas cidades.

A atividade mineira e a atividade agropastoril nos ajudam a compreender melhor esta tese. Além dessa construção territorial antagonica da paisagem urbana que acontece em praticamente todas as cidades brasileiras e muitas mundiais, há que se levar em consideração a sua origem histórica e sua formação econômica e sociocultural. As cidades tocaninenses têm suas raízes fincadas nesse processo histórico de construção territorial. (PEREIRA, 2013, p. 67).

A cidade de Araguaína teve seu crescimento econômico social mais visível a partir do ano de 1960, com a construção da rodovia Belém Brasília, obra que marcou e impactou considerável para a consolidação e destaque da cidade no anterior norte goiano. Neste sentido, na abordagem de Valverde e Dias (1967), temos considerações acerca da importância da

concretização da rodovia para o crescimento da cidade de Araguaína, porém, ainda ausente de alguns aspectos essenciais para a movimentação local.

Conquanto tenha ainda a paisagem urbana por organizar, Araguaína já existia antes da abertura da estrada. Segundo o testemunho de um antigo morador, em 1944, o local possuía 06 casas e tinha o nome de Lontras (nome do rio próximo). O grande impulso lhe veio, porém, há cerca de cinco anos, após a abertura da rodovia com o afluxo de povoadores mineiros, goianos, paulistas, paraenses, maranhenses, piauienses e nordestinos. (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 205-206).

Compreender a Belém-Brasília como algo determinante para a formação da cidade de Araguaína não é algo tão difícil, isso porque a ela foram dados os créditos do desenvolvimento local. Ocorre que essa nomenclatura e desenvolvimento nos exige pensar a que custo, ou de que forma, o mencionado “desenvolvimento” existe. A construção da Rodovia Belém-Brasília, é resultado de um processo de extensão e de ocupação do interior. A cidade de Araguaína localizada em território estratégico para o escoamento da produção incorporou em sua extensão a passagem da mencionada rodovia, o que propiciou o crescimento de forma considerável. Nesse mais ou menos longo processo, que é bem precedente à criação do estado do Tocantins, a análise de Pereira (2013, p. 74) é oportuna, ao destacar que

O Centro-Oeste brasileiro assume uma posição estratégica ao ser “incorporado” ao restante do país, nesse novo cenário econômico, político e social. Era preciso expandir a produção agropecuária do país para o seu interior. Os estados litorâneos já exerciam outras funções na organização espacial do país. Os centros consolidados já experimentavam o crescimento urbano que necessitava de novas áreas de produção de alimentos para abastecê-los.

Não consideramos exagero pensarmos que este processo redesenhou as cidades interioranas, inclusive do Estado do Tocantins, como seria o caso da cidade de Araguaína, ao passo que é resultado de um processo de extensão ao interior do território que é também a incidência dos anseios de uma ideia de transformação social.

Há toda uma incorporação de espaços periféricos à economia nacional/internacional após a construção da BR -153. É evidente que essa incorporação carrega consigo também todos os problemas sociais, ambientais e culturais. (PEREIRA, 2013, p. 98)

Rodrigues (2008, p. 133) corrobora com tal perspectiva ao mencionar que “uma das principais contribuições para o desenvolvimento da região foi a construção da rodovia federal BR 153, também conhecida como a rodovia Belém-Brasília”, afirmação embasada na entrevista concedida pelo Senhor José Francisco da Silva Concesso, na qual o mesmo indica que com a construção “dessa rodovia federal o sistema de transporte melhorou muito em especial o transporte e a locomoção dos residentes que antes da rodovia tinham a disposição apenas duas linhas de ônibus” (RODRIGUES, 2008, p. 133).

A construção da rodovia Belém-Brasília, inclusive considerando a necessidade de levar em consideração o desenvolvimento econômico da região, advindo deste fato, pode nos levar a um questionamento acerca de quais foram as preocupações com o crescimento e a formação da paisagem destas cidades e, em especial, de como a cidade de Araguaína respondeu a tais anseios. Pensar a construção das cidades e, principalmente, de uma cidade nominada como capital econômica do Estado do Tocantins é abrir uma discussão para a sua formação levando em consideração inclusive o cenário atual. Como indicamos, a necessidade inicial seria viabilizar o escoamento da produção no norte do país e ser este o elo necessário para a promoção da economia assim firmar a construção das cidades do interior. Ocorre que a interiorização do sistema econômico na cidade de Araguaína, porém, pode-se questionar nesse contexto a ausência de algumas questões debatidas durante a construção das cidades, maneiras de pensar as cidades de forma organizada. Nesse sentido, justificamos a paisagem da cidade de Araguaína a partir do crescimento econômico (inclusive fruto da construção da rodovia Belém-Brasília), mas que não oferecia as mínimas condições de infraestrutura, tal como ressalta Pereira, para quem

Araguaína, que é considerada a capital econômica do Estado, carece de infraestrutura básica. Sua população não é assistida pelos equipamentos públicos. “Faltam praças, rede de saneamento básico, asfalto com qualidade, arborização, calçadas niveladas para o Portador de Necessidades Especiais se locomover, falta rigor no cumprimento das normas de trânsito, etc”. (PEREIRA, 2013, p. 114).

A cidade de Araguaína, coincidentemente chamada de Capital Econômica, foi, na década de 1960, cenário da frente pioneira que tinha como objetivo a industrialização desta região, a exemplo da primeira indústria situada na cidade (de propriedade da família Boa Sorte na pessoa do Sr. Benedito Vicente Ferreira). De acordo com Silveira (2009), a indústria encerrou suas atividades no ano de 1970 devido à morte de um dos sócios e pelo esgotamento da matéria prima, mas não deixou morrer a necessidade de fomentar a economia local, seja com outras atividades a exemplo da pecuária. Neste sentido é possível assumir que,

Com a criação do estado de Tocantins em 1989, Araguaína tornou-se a maior cidade do Estado e pretensa capital do Estado que estava nascendo, porém, não foi escolhida devido a fatores geográficos, sociais e políticos, mas ganhou o carinhoso título de Capital Econômica do Estado, sendo atualmente a principal força econômica do Estado. (IBGE, 2010).

Reconhecida como a maior economia realizada no Estado, Araguaína possui como práticas comerciais a pecuária e a agricultura e, nesse contexto, é inserida e reconhecida por muitos, como local forte e economicamente viável.

O PIB de Araguaína é predominantemente de serviços, embora com a vinda de faculdades para o município estimularam a construção civil e suas respectivas indústrias. Araguaína é cercada de grandes, médias e pequenas fazendas, que

impulsionam o desenvolvimento econômico da cidade através da agricultura e da pecuária, e fazem com que os serviços ligados à agroindústria sejam a base da economia do município. (TECHNUM CONSULTORIA, 2016, p. 13).

A atividade pecuária se desenvolveu e a logística de escoamento de grande parte da produção do país passa por Araguaína em função da rodovia. Como consequência disso, o crescimento econômico ocorreu e a cidade se transformou em rota do transporte de cargas. Porém, mesmo diante deste cenário, o crescimento não dialogou com as situações necessárias para a estruturação de desenvolvimento socioeconômico da cidade. Isso porque a ocupação territorial em Araguaína deu-se como forma de barganha entre o poder público local e os empresários e produtores de gado que estavam se instalando na cidade.

Exemplo de tal situação é a ocupação territorial realizada pela igreja católica quando de sua constituição na cidade, que também fez parte e usufruiu deste sistema de ocupação. Atualmente a Congregação Orionita, que veio para a cidade de Araguaína e está presente na região desde o início da década de 50, mais especificamente desde o ano de 1952, tem sua ocupação exercida e representada por inúmeras obras por ela administradas, como o Hospital e Maternidade Dom Orione, Casa Tra Noi, Seminário Orione Padre Pattarello, Escola Paroquial Sagrado Coração de Jesus, além do prédio do Colégio Santa Cruz e da Faculdade Católica Dom Orione, além da homenagem da praça São Luís Orione, que fica em frente ao maior templo católico da cidade, o Santuário Sagrado Coração de Jesus.

Essa presença considerável da igreja na cidade é um dos elementos constituidores da formação territorial da cidade de Araguaína, isso porque a ocupação desse território foi pensado a partir de um objetivo econômico, qual seja, a formação local e o desenvolvimento, o que se nos apresenta a partir das inúmeras obras construídas na cidades como produtos da organização religiosa.

Assim, assumimos que tal concessão de terras e espaços não foi pensada pura e simplesmente para a promoção do bem estar social local, considerando que a constituição e implantação das obras religiosas, educandários e de saúde mencionadas anteriormente, que preconizavam essa finalidade, atendeu especialmente à promoção econômica da própria comunidade religiosa católica, cuja paisagem claramente destacada é expressa justamente na concretização do seu patrimônio.

Nesse sentido, a barganha por terras e a ocupação do solo sem muitos critérios objetivos são reflexos da busca pela constituição de uma cidade que gira em torno do comércio, dos serviços, mas não emana uma preocupação com o desenvolvimento ambientalmente equilibrado. Dito isso, há de se ressaltar que a cidade de Araguaína cresceu de forma

irregular/desigual. Com a presença das famílias tradicionais da cidade e a ocupação da área central pela igreja e pelos líderes do poder, a formação da cidade teria ocorrido de forma que atendesse aos interesses daquela realidade da população. Assim, ao atrair novos residentes para a cidade, não havia qualquer lógica de crescimento ou demonstração de que a ocupação seria consciente, o que talvez seja um dos resultados de práticas de ocupação irregular de lotes, largamente praticadas na cidade.

Nesse cenário, é comum por um lado conhecer e ouvir relatos de pessoas que realizaram ocupações de terras na cidade (“ocupações”) e que, posteriormente, conseguiram os títulos definitivos, ou seja, a escritura pública (via cartório de registro de imóveis). Por outro, existem ainda inúmeros relatos de locais em Araguaína que nenhuma casa integrante dos bairros possui documento, ou seja, registro público de propriedade, exemplo de tal fato é a Vila Couto Magalhães, que possui demanda judicial em andamento para a regularização da propriedade dos possuidores daquele bairro que residem há mais de 30 anos no local e jamais conseguiram o título definitivo do mesmo, conforme autos de processo de nº 0016613-79.2015.827.2706¹.

1.3 O projeto Cimba no contexto da formação territorial e urbana de Araguaína

A ocupação urbana de Araguaína não é diferente das várias cidades do interior do Tocantins, com o acesso à terra por grupos de famílias pioneiras detentoras de poder econômico e que tiveram acesso e oportunidade de adquirir terrenos no início da construção das cidades. Nesse cenário, a presença da família Boa Sorte na cidade Araguaína é significativa. Liderada pelo empresário Benedito Vicente Ferreira, que posteriormente tornou-se Senador da República, foi responsável por trazer para a cidade de Araguaína uma das primeiras indústrias para a região.

A Construtora Boa Sorte, que administra o Loteamento Cimba, da família de mesmo nome, ainda possui extensa propriedade de lotes comerciais distribuídos na cidade de Araguaína, como é detentora do loteamento Jardim Boa Sorte, situado na cidade de Araguaína próximo ao loteamento Jardim dos Ipês. Além de tal fato, a mencionada construtora era

¹ Número dos autos do processo eletrônico judicial disponível em: https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/controlador.php?acao=processo_selecionar&acao_origem=processo_consultar&acao_retorno=processo_consultar&num_processo=00166137920158272706&num_chave=&hash=ba85442ff8efcad5a7c36b41826d84ca

proprietária da área que fora doada ao Município de Araguaína que hoje abarca o Parque Cimba, sendo, assim participante da construção da cidade em vários momentos. A chegada de Benedito Vicente Ferreira, registrada na cidade de Araguaína na década de 1960, tendo sido, no ano de 1965, “implantada a Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica (CIMBA), de extração vegetal do babaçu” (VELOSO, 2015, p. 7), que representa uma tentativa de industrialização da região da cidade, parte integrante da frente pioneira que era composta por empresários, fazendeiros, grileiros, autoridades públicas, administradores, técnicos, policiais, gatos e pistoleiros, como menciona Silveira (2009).

Nesse contexto, a observação tecida por Silveira (2009) no que se refere à instalação da mencionada Indústria na cidade de Araguaína, é envolvida por vários significados, sendo um deles a tentativa de industrializar a região, à medida que o consumo e o uso da matéria prima eram o principal objetivo.

Com a fábrica, que começou a funcionar em 1964 já havia encerrado suas atividades no início da década seguinte, o que indica que num curto espaço de tempo foram consumidas florestas, cocais, instalações, maquinismos e homens. Aí as próprias ruínas fabris remetem a este tempo acelerado, impulsionado por processos predatórios de valorização do capital, e cujo corolário era o esgotamento precoce das forças produtivas, notadamente da força de trabalho. (SILVEIRA, 2009, p. 11).

Após sua constituição, foram poucos os anos de manutenção da referida indústria, desaguando o grupo Boa Sorte em outra atividade, mas que nesse momento já eram detentores de grande quantidade de terras o que consentia aos mesmos uma considerável força econômica e política na cidade de Araguaína. Vale ainda ressaltar que

A indústria fechou em meados da década de 1970 devido à morte de um dos proprietários, Ademar Vicente Ferreira, assassinado por um tratorista numa de suas fazendas, mas também em virtude do esgotamento do coco-babaçu e da madeira. A Cimba era uma empresa típica da fronteira, e como tal possuía um caráter predatório; portanto, uma vez esgotados os recursos naturais, deveria acompanhar o deslocamento da frente pioneira ou cerrar suas portas. No que diz respeito à exploração da madeira, não havia qualquer medida que implicasse em reflorestamento e/ou manutenção de áreas de reserva. A atividade madeireira - enquanto subproduto dos desmatamentos - não possuía autonomia própria, de modo que sua permanência, passada a frente pioneira, era coisa hipotética. O mesmo pode ser observado em relação à indústria do arroz (descascamento e condicionamento), cujo plantio acompanhava o desflorestamento, servindo para introduzir as pastagens nas áreas desmatadas, de modo que, tratava-se de atividade itinerante dotada de um caráter temporário de abertura de campos. (SILVEIRA, 2009, p. 16)

Mais ainda,

As propriedades financiadas e sacramentadas pelo Estado Autoritário – que simplesmente abstraiu a existência de posseiros desde pelo menos o início do século XX na área de Araguaína – foram cada vez mais utilizadas para fins especulativos em detrimento da produção. (SILVEIRA, 2009, p. 17)

A tentativa de desenvolver a indústria na cidade de Araguaína é representada pela instalação da referida fábrica. Segundo Silveira (2009), com base em relatos dos ex-funcionários da fábrica, o proprietário da mesma edificou casas em sua proximidade para que os empregados líderes dos demais pudessem residir quase que no interior da fábrica, mantendo assim a relação de segurança do patrimônio. De todo modo, a família proprietária da indústria é reconhecidamente uma das mais antigas residentes na cidade de Araguaína, com poderio econômico, político e social. A abordagem tecida por Silveira (2009), quando analisava a relação de trabalho no interior da indústria, perpassava as formalidades e adentrava no real poder sobre os trabalhadores que os proprietários desenvolviam.

Outrossim, quando se olha para o espaço urbano e fabril, percebe-se também a presença de modalidades repressivas de dominação da força de trabalho, afiançadas pelo poder político local dos Boa Sorte, que faziam e desfaziam autoridades no município, mas também pelo controle patronal das moradias, circuitos mercantis, serviços e atividades culturais responsáveis pela reprodução dos trabalhadores. (SILVEIRA, 2009, p. 208).

Assim, a dominação dos padrões era “tendência ao estabelecimento de um modo extensivo e repressivo de dominação era consentânea às relações de dominância estabelecidas no país pelo Regime Autoritário” (SILVEIRA, 2009, p. 207), o que impôs mais uma comprovação da supremacia e poderio da família Boa Sorte. Com o encerramento das atividades industriais dos proprietários da fábrica e a canalização da atividade dos mesmos para a atividade pecuária, somado ao consumo máximo da matéria prima e o esgotamento do abastecimento da produção, o encerramento das atividades não foi surpresa.

Com a desativação da indústria, o abandono da estrutura física foi inevitável, uma vez que a mesma já não gozava dos mesmos interesses dos proprietários, muito menos da manutenção da propriedade para os trabalhadores que ali residiam. Nesse momento iniciaram processos de modificação da paisagem local, com a caracterização das ruínas² da fábrica, ainda hoje existentes no local, fruto do fechamento da indústria e também do abandono da estrutura.

²De acordo com o dicionário *on line* de português ruína que dizer restos ou parte mais ou menos informe de um ou mais edifícios desmoronados ou destruídos pelo tempo, explosão, incêndio ou qualquer outra causa natural ou acidental; escombros, destroços, vestígios.



Figura 2: Imagem da antiga indústria, atualmente em ruínas. Fonte: Fernandes, 2016.

Porém, como informamos a indústria era uma das atividades desempenhadas pela família Boa Sorte, somado a tal fato a referida família também era reconhecida como abastada proprietária de terrenos.

1.3.1 A criação do Parque Cimba: parceria entre o Poder Público e a família Boa Sorte

A área do Parque Cimba integra uma área de loteamento de mesmo nome, cuja posse é atribuída à família Boa Sorte, presente em Araguaína desde a década de 1960, conforme abordamos neste capítulo. Neste sentido, a situação legal e ambiental da área pode ser referendada em Veloso (2013), conforme apresentamos a seguir.

Segundo Veloso (2013), o loteamento da Cimba foi aprovado em 08/07/1991, com área total de 1.113.276,31m² e, no ano de 2002, ocorreu a “ocupação” da área, cuja aprovação foi realizada por meio do decreto de nº 287/93, de 23 de setembro de 1993, com registro no cartório de registro de imóveis de Araguaína sob o nº R-21 701, no livro 2 de Registro Geral, em 21 de

dezembro de 1993. Ainda segundo Veloso (2013), os moradores pagam uma parcela no valor de R\$ 25,00, para Imobiliária Boa Sorte, ao passo que a mesma se justifica, afirmando que foi feita esta cobrança após a ocupação de inúmeros lotes ocorrida no referido loteamento e que a imposição de cobrança era meio apto para contê-la. No entanto, pode ser considerado que tal solução não foi eficiente, visto que a área que no início fora ocupada apenas parcialmente veio a, posteriormente, ser ocupada completamente.

No laudo apresentado pela construtora, foi atestado que o terreno não é alagadiço e nem sujeito a inundações, mas, segundo os moradores da área, quando chove as ruas ficam interditadas, devido ao escoamento superficial de águas pluviais e essas invadem algumas casas, causando grandes transtornos (Veloso, 2013). Alguns moradores fazem contenção anualmente para minimizar problemas, mas o resultado dura pouco, pois as enxurradas ocorrem pela falta da rede de captação de águas pluviais.

Com base nas informações da administradora do loteamento, o mesmo fora projetado em área não tão nobre da cidade para abarcar uma maior quantidade de pessoas de baixa renda, que não poderiam adquirir lotes em locais melhor localizados. Nesse raciocínio, é possível perceber a exaltação do discurso de que o fornecimento de terra de baixo custo pela família Boa Sorte é uma ação social de grande relevância na cidade de Araguaína, motivo que é assumido como de grande valia para a população.

Contudo, a leitura que fazemos deste discurso apresentado pela Construtora Boa Sorte Indústria, Comércio, Incorporadora e Urbanização Ltda., é destoante do supracitado, uma vez que o tomamos enquanto mais uma forma de dominação realizada pelo poderio econômico na cidade. Não diferente de vários outros loteamentos, sendo que a grande maioria encontra-se com problemas estruturais, como falta de rede de esgoto e saneamento básico, conforme noticiado na mídia local, a exemplo da reportagem disponibilizada no site AFNOTÍCIAS em 05 de fevereiro de 2016, em que:

Nove loteamentos em Araguaína (TO) tiveram a venda de imóveis suspensas após apresentarem várias irregularidades nas obras de infraestrutura. Outros seis empreendimentos estão regulares, mas foram notificados após serem detectadas deficiências técnicas.

As vendas estão suspensas nos loteamentos Residencial Camargo, Jardim dos Ipês I e II, Jardim Boa Vista/Construindo Sonhos, Jardim Europa, Lago Sul, Jardim Bonganville, Residencial Pedro Borges e Residencial Belchior.

Segundo a Prefeitura, desde 2006, 22 loteamentos já foram aprovados em Araguaína. Porém, 17 encontram-se com irregularidades e 11 deveriam ter sido entregues para a municipalidade, mas ainda não foram. (AGNALDO, 2016).

O Loteamento Boa Sorte teve suas obras embargadas administrativamente e judicialmente no ano de 2013 por não concretizarem o que se propuseram quando da constituição do loteamento. Foi considerado que esta não concretizou as obras de infraestrutura nos prazos estabelecidos, motivo pelo qual faltaria à população adquirente dos referidos lotes asfaltos de qualidade, esgoto, saneamento básico, além de transporte público, iluminação pública eficiente e, somado a tudo isso, os danos ambientais causados pela ausência da infraestrutura mínima. Tais situações geraram demandas judiciais dos adquirentes dos lotes, assim como a obrigação, também por meio judicial, de a empresa apresentar soluções eficientes para haver continuidade das vendas dos lotes por parte da empresa, como instalação de galerias pluviais, sistema de escoamento de água, dentre outros. Tucci afirma que “a evolução da infraestrutura das cidades brasileiras está produzindo uma situação crítica significativa nos recursos hídricos e no meio ambiente urbano, além de inviabilizar um desejado desenvolvimento sustentável” (TUCCI, 2003, p. 17).

Reforçando esse contexto de urbanização crítica, Mota (1981) afirma que o processo de urbanização pode provocar alterações sensíveis no ciclo hidrológico, principalmente sob os seguintes aspectos:

Aumento da precipitação, diminuição da evapotranspiração, aumento na quantidade de líquido escoado, diminuição da infiltração, mudanças ao nível do lençol freático, maior erosão do solo e conseqüente (sic) aumento do processo de assoreamento das coleções superficiais de água, aumento da ocorrência de enchentes, poluição de águas superficiais e subterrâneas. (MOTA, 1981, p.26).

Houve ainda, por parte da construtora Boa Sorte, segundo Veloso (2015), a doação de 267 lotes, com área mínima de 360 m², à prefeitura de Araguaína para serem distribuídos entre as pessoas carentes e duas quadras para construção de uma área de lazer que abrigará um parque infantil e reconstruirá a antiga represa, contudo, até o presente momento, nada foi feito.

Chamam-nos a atenção os dados percentuais de áreas para lazer e áreas de proteção ambiental, que apesar de serem em quantidades pequenas, já seriam importantes caso fossem realmente efetivadas. No entanto o que se verifica é a “invasão” na área do bairro Cimba, do lixo, matagal e os ínfimos exemplares da vegetação nativa, sobretudo o buriti que é o exemplar mais característico da área. Sabe-se que nesses pontos o solo é dado como uma espécie de “esponja”, filtro que alimenta as nascentes, ao mesmo tempo em que funciona como um reservatório aquífero, e que, uma vez retirada a vegetação, o ressecamento do solo é rápido matando as nascentes. (VELOSO, 2015, p. 9).

Segundo o autor, “a porcentagem para área verde é apenas de 1,551%, verifica-se que é uma porcentagem bem pequena em relação à área total” (VELOSO, 2013, p. 09). Fica claro que este loteamento não preservou as margens de cursos d’água, como é previsto na legislação

brasileira, mas o órgão competente não se manifestou a respeito, ficando apenas no discurso da preservação do ambiente.

Além do não privilégio de pensar e preservar as questões ambientais, também há a preocupação com toda a questão de ocupação e uso do solo na cidade de Araguaína que se deram de forma desigual. Para Veloso (2015), por causa desta ocupação desigual, esta área vem sofrendo fortes impactos ambientais devido à ação humana principalmente pela destruição da mata ciliar, acúmulo de lixo e esgotos domésticos. É importante ressaltar que o loteamento fora devidamente aprovado perante o Município de Araguaína na década de 1990, e, além disso, é portador de licença ambiental, exarada pelo Instituto Natureza do Tocantins, e liberado para a comercialização dos lotes ainda no ano de 2013.

De acordo com a Construtora Boa Sorte, responsável pelo loteamento, em manifestação em processo judicial, afirmou que, quando da aprovação do mesmo na década de 1990, a legislação ambiental não exigia projeto algum a título de preservação ambiental, motivo pelo qual o empreendedor do referido loteamento não teve tal preocupação, conforme apresentado em sua defesa, perante a justiça cível desta Comarca de Araguaína, em demanda judicial. Em termos de qualidade ambiental e preservação, foi garantido aos residentes daquela localidade, por parte da empresa administradora, quando da comercialização dos lotes, a entrega do loteamento com infraestrutura de água encanada, rede de energia elétrica e asfalto, mas em momento algum se comprometeu com rede de captação de águas pluviais, como no caso de drenagem do terreno, o que nos suscita bastante estranheza e preocupação, posto que demonstra a completa despreocupação com a Área de Proteção Permanente (APP) dentro do loteamento.

No ano de 2013 houve, em relação à referida construtora, a propositura da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual do Tocantins, nos autos de nº 5013612-69.2013.827.2706³ em trâmite na 1ª vara da fazenda de registros públicos de Araguaína, pleiteando a condenação da construtora pela violação de legislação que protege o ambiente com base nos relatos de moradores, que noticiaram que no loteamento não há projeto de escoamento de água e que na área há um Córrego denominado Canindé, no qual foi observado um avançado processo erosivo devido à falta de um eficiente sistema de drenagem, além de outros problemas informados na demanda.

³ Número dos autos do processo eletrônico judicial disponível em: https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/controlador.php?acao=processo_selecionar&acao_origem=processo_consultar&acao_retorno=processo_consultar&num_processo=50136126920138272706&num_chave=&hash=9e1dcf2376ccc9257319ab823717f9a9

Nesse cenário, a empresa administradora do loteamento firmou, no dia 25 de junho de 2014, um acordo com o Município de Araguaína, comprometendo-se a realizar as obras de drenagem e a executá-lo, no prazo de 24 meses a contar da referida data, além de completar a malha asfáltica na integralidade do loteamento e, em contrapartida, o município de Araguaína converteria o investimento em crédito tributário. O mencionado processo continua em trâmite judicialmente e o acordo firmado entre a construtora e o município não foi cumprido, motivo pelo qual estamos diante de uma ausência completa de preocupação ambiental do referido loteamento e, mais ainda, de uma ausência notória de falta de fiscalização e preocupação ambiental por parte da gestão pública municipal.

Sobre as notícias de violação da legislação ambiental registrados no Loteamento Cimba, não pudemos observar mecanismos expedidos ou exarados pelos órgãos de atuação como o NATURATINS – INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS na referida área, no sentido de prezar pela legalidade do cumprimento da legislação e, em caso de contrariedade, que exija o cumprimento com as devidas reparações, adequações e controle de impactos ambientais da implementação do loteamento, o que não é possível perceber até o presente momento.

Parte integrante do mencionado loteamento, a área que hoje comporta o Parque Ecológico Cimba, que foi objeto de permuta do Município de Araguaína, conforme a Lei Municipal de nº 2953, de 28 de maio de 2015, em que se realizou a desafetação de área pública e permutou com 134 lotes de propriedade da Construtora Boa Sorte, Indústria, Comércio, incorporadora e Urbanização Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº. 01.455.054/0001-04. A partir da publicação e vigência da legislação, o Município de Araguaína iniciou a concretização do referido Parque Ecológico Cimba, com a contratação da construtora responsável pela sua execução. Assim, o Parque Cimba está imerso num contexto marcado pelas formas nefastas de uso da terra em Araguaína, numa espécie de “herança resistente” que compromete, sobretudo, os recursos hídricos da cidade, já que é detentora de um grande número de nascentes imersas no tecido urbano, cuja configuração territorial, apresentada no mapa, em nosso próximo capítulo, oferece-nos a visualização de várias “situações gargalos” agravantes à ideal gestão urbana ambientalmente equilibrada.

2. O PARQUE ECOLÓGICO CIMBA E SEU ENTORNO COMO HERANÇA DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ARAGUAÍNA

No capítulo um abordamos num panorama, os primeiros momentos da ocupação territorial de Araguaína no contexto mais geral do Tocantins e Brasil, bem como do período em que se torna cidade, inaugurando o que podemos chamar de o primeiro período de expansão físico/territorial da cidade, associado à industrialização marcada pela empresa Cimba. Neste capítulo, contemplamos a área da nascente da Cimba e seus entornos no que tange à configuração territorial urbana de Araguaína, num aporte que aproxima teoria e prática nos aspectos da configuração territorial urbana como especificidade herdada, que impacta diretamente na gestão urbana atual; e as áreas verdes do sítio urbano, bem como a disposição legal inerente a esse contexto e suas implicações dentro do Plano Diretor da cidade, tanto na sua primeira fase como na atual revisão, no que contempla em relação ao aspecto ambiental inserido neste instrumento legal no recorte espacial realizado no presente estudo.

2.1 A caracterização do Parque Cimba, o processo de urbanização, elementos e símbolos na construção do espaço.

O Parque Ecológico Urbano Cimba está localizado num terreno antes abandonado e próximo à área de expansão da cidade, entre as Ruas Dois de Julho, no Setor Cimba, e Rua Alfredo Nasser, no Bairro São João, no Município de Araguaína, com área de aproximadamente 200 mil metros quadrados. A referida área fora utilizada para construção do Parque era de propriedade do grupo boa sorte, como já explanado, e possuindo os aspectos observáveis na figura 03, anterior à concretização do parque.



Figura 3: Vista panorâmica do Parque Cimba antes de sua construção. Fonte: Araguaína (2016).

No ano de 2015, a Prefeitura de Araguaína iniciou as obras de construção e concretização do parque Cimba, utilizando como norte o projeto arquitetônico realizada pela gestão atual, e que é fonte na presente pesquisa. O referido projeto fora aprovado pelo próprio órgão municipal para sua execução e construção, observáveis na figura 04.



Figura 4: Projeto Arquitetônico realizado pelo Município de Araguaína-TO. Fonte: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Araguaína-TO (2016)

O projeto arquitetônico formulado e em fase de execução possui como elementos: 01 restaurante, a construção de vários gazebos (estruturas em madeira), academia ao ar livre, pista para caminhadas, ciclovia, 01 lago ornamental, uma futura via urbana, pista de skate, quiosques e outros elementos a depender da necessidade no curso da execução, conforme as sugestões dos usuários, conforme nos assegurou o Secretário de Meio Ambiente em entrevista em outubro de 2016. O projeto foi realizado no ano de 2015 e sua execução é contínua, uma vez que fora dividida em etapas de concretização. A primeira etapa já foi totalmente concluída, composta pela construção de estacionamento, calçadas, ciclovia e pista de caminhada (ARAGUAÍNA, 2016). Ainda estão previstas para o parque Cimba as construções de um restaurante, dois quiosques, pistas de esportes radicais, como o skate, que não foram concretizados até o presente momento.

A entrada principal do Parque Cimba que se constitui de dois pilares de concreto com um portal contendo a imagem de coco Babaçu, típico da região Norte, conforme ilustração a seguir.



Figura 5: Entrada principal do Parque Ecológico Cimba. Fonte: Araguaína (2016)

Em visita à Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia⁴, no dia 20 de outubro de 2016, o responsável pela mesma informou que a divisão em etapas da conclusão do referido parque dá-se pela necessidade de liberação de recursos financeiros para tanto. A obra possui recurso do governo federal e municipal, com a participação de federal em verbas do Ministério do Turismo para as obras de implantação e a participação municipal na obra de drenagem. A execução da obra fica a cargo da Secretaria de Planejamento, já a administração do Parque Cimba é de responsabilidade da Secretaria de Cultura e Educação, porém, com a não conclusão das obras, ainda não há a constituição formal de uma administração do referido parque, o que acaba por deixar a cargo das duas secretárias tal responsabilidade.

Segundo o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, a construção do Parque Cimba tem como finalidade a existência de uma área de lazer e entretenimento para a população araguainense, com incentivos à prática de esporte, melhorando a saúde pública da população, além da revitalização dos mananciais de água do local.

Sendo considerado parque ecológico, o projeto arquitetônico contempla a previsão de revitalização dos mananciais de água (ARAGUAÍNA, 2016), como a Nascente Cimba que passa pelo local desaguando no córrego Canindé e, em seguida, no Córrego Neblina e, em última dimensão, no Ribeirão Lontra, que por sua vez é tributário do Rio Araguaia, e ainda, a proteção da vegetação situada às margens dos cursos de água, considerando que oferecem a contenção da água da chuva. Isso nos parece contraditório, pois os procedimentos previstos para a contenção de água no local se faz necessário e deve ser enfrentado pela população e gestão pública, pois a área enfrenta um processo de erosão, acúmulo de lixo e ocupação de moradores nas margens do córrego onde deveria ser de proteção permanente (ARAGUAÍNA, 2016).

Em que pese toda a projeção realizada e as especificações lançadas para revitalizar e proteger o local, o que se vê de fato é algo bem diferente. Às margens do Córrego da Nascente da Cimba, ao invés de formas e meios viáveis para sua preservação, há erosão em expansão, restos de construções, entulhos, destroços e lixos. O processo de urbanização irregular no local evidencia-se pela ocupação territorial, com moradias às margens do córrego, a presença de lixo e assoreamento do solo, prejudicando o ambiente urbano.

⁴ Secretário Frederico Prado, gestão 2013/2016, entrevista realizada no gabinete do secretário, conforme roteiro anexo.

Os arredores da construção do Parque Cimba, assim como o loteamento em que o mesmo está inserido e suas margens, não contemplam projeto de organização urbana e crescimento planejado. Isso é perceptível, inclusive, a partir dos registros fotográficos realizados dia 14 de fevereiro de 2017, na Avenida Amazonas, em que há erosão laminar, que é observável em uma avenida que se encerra nas proximidades do Parque Cimba, o que, de fato, provoca o processo de assoreamento da nascente no local, formada pelo fluxo considerável de águas das chuvas sem qualquer estrutura prévia na avenida.



Figura 6: Registro fotográfico da Avenida Amazonas no entorno do Parque Cimba. Fonte: Fernandes e Silva em fevereiro (2017) em Aula a campo no entorno do Parque Cimba.

Os problemas estruturais nas proximidades do parque são resultado da forma como o poder público atua na gestão da cidade e dizem muito sobre o direcionamento estrutural e ambiental na cidade. Com os registros apresentados nas figuras 06 e 07, é evidente que o arruamento realizado no loteamento Cimba não foi pensado de forma a ser viável ou aceitável em se tratando de aspectos estruturais de urbanização, ou seja, com o excesso de chuvas e com a falta do processo de drenagem efetiva na localidade, o que certamente poderíamos esperar seria um processo de erosão, registrado em vários locais da cidade.



Figura 7: Exemplo de uma esquina de rua com contenção de concreto para águas das chuvas. Fonte: Fernandes e Silva em fevereiro (2017) em Aula a campo no entorno do Parque Cimba.

Como podemos perceber, a medida utilizada pela gestão pública, detentora do poder de execução das obras públicas municipais, foi a de construir, contenções de cimento na parte mais alta, tanto desta avenida como de outras do entorno, o que, além de incorreto, fere o código de ética da cidade, o que nos deixa a ideia de um descaso com os aspectos urbanísticos da paisagem. São inúmeros os problemas estruturais nas proximidades do parque Cimba, além dos já mencionados, as ocupações irregulares também dão ensejo a problemas ambientais de gravidade. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, iniciou-se uma negociação com os moradores possuidores de propriedades às margens do córrego Canindé e em sobreposição às Áreas de Preservação Permanente para que haja a desocupação, porém, até o momento, tal ação não foi concretizada.

No que se refere à estrutura do parque Cimba, evidenciam-se já neste momento, portanto, contradições entre o que prevê o projeto arquitetônico em sua versão documental de criação de parque ecológico e uma série de práticas que caminham na contramão dos objetivos traçados. É possível perceber descartes de materiais utilizados na construção ao longo da cidade, despejados de maneira inadequada, o que é o caso, também, do Parque Cimba, conforme demonstra a figura 08. Neste sentido, nota-se detritos em quantidade considerável, mesmo dentro do Parque Cimba, um problema que é estudado como depósitos tecnogênicos, conforme Machado e Oliveira, o qual afirma o seguinte:

São criados pela acumulação de material de variadas formas e composição resultante do descarte das atividades humanas, os quais adicionados ao ambiente alteram a dinâmica criando entraves ambientais e ao desenvolvimento das cidades sejam estas de pequeno, médio ou grande porte. (MACHADO; OLIVEIRA, 2005, p. 01)

A despeito do que se evidencia na figura 08, o Poder Público Municipal apresentou como uma de suas justificativas para implantação do Parque Cimba os benefícios ambientais pela revitalização do local, que proporcionaria a estabilização do solo e proteção da nascente do Cimba, recompondo o habitat para a “conservação das espécies de vegetação residentes em uma região de alta densidade populacional, além da proteção das margens do manancial, e valorização paisagística” (ARAGUAÍNA, 2016, p. 106).



Figura 8: Entulho de materiais de construção como exemplo de depósitos tecnogênicos no Parque Cimba. Fonte: Alves e Fernandes, outubro de 2016.

A forma como o Parque se efetiva entra em contraste com a ideia de conservação, ou Unidade de Conservação - UC, haja vista que seu aspecto físico natural, inerente ao curso

d'água e sua mata ciliar, vai sendo drasticamente transformado, a exemplo dos lagos artificiais, que estão sendo criados e que, a princípio não estavam contemplados no projeto – algo que apela para uma efetividade ambiental prática artificial, própria dos paisagistas de visão unidirecional que, por desconhecem ou por conveniências outras, acabam anulando suas convicções éticas, considerando que, num projeto como este, é necessário ter bom senso quanto à preservação das qualidades natas preexistentes, no que se refere ao curso da nascente e sua mata ciliar.

A criação do lago às margens do curso da Nascente do Cimba demonstra o desrespeito ao seu curso natural que já está prejudicado com a degradação em sua nascente, inclusive relativa à mata ciliar, com erosão, lixo, moradias, esgotos domésticos, que contribuem para a deterioração poluindo a água. A proposta da gestão pública é utilizar pneus com concretos ao redor do lago artificial, que servirão como pedras ornamentais para o embelezamento do lago, assim como estrutura para uma cachoeira que está sendo construída no local, com a instalação, inclusive, de uma caixa de máquinas que dará suporte a estrutura montada.



Figura 9: Vista das obras do lago do Parque Ecológico Cimba em meados de 2016. Fonte: Araguaína 2016.



Figura 10: Vista das obras do lago do Parque Ecológico Cimba em meados de 2017, com a construção do paisagismo por parte do poder público. Fonte: Na rede social facebook página da prefeitura municipal de Araguaína (2017), acesso em 10 de julho de 2017⁵.

5

<https://www.facebook.com/CapitalEconomicaDoTocantins/photos/a.535000603200718.126828.517916114909167/1578404395526995/?type=3>



Figura 11: Montagem de registros da construção do projeto de paisagismo no lago artificial do Parque Cimba, com a cobertura dos pneus por concreto. Fonte: Fernandes (2017)

Outro fator importante para a análise de toda a situação é a criação de uma ponte que liga o parque ao Setor Araguaína Sul. Contudo, a não construção desta ponte não isola o parque do resto da cidade.



Figura 12: Registro aa ponte de acesso ao Parque Cimba via loteamento Cimba. Fonte: Fernandes (2017)

No momento, a travessia é de livre circulação para os frequentadores do parque e os moradores do setor, ao passo que a ponte não apresenta segurança para os moradores em relação ao lago criado, em cujo derredor crianças brincam livremente. Não há, portanto, em sua integralidade, uma preocupação ambiental ou ecológica efetiva, mas a aparência de preocupação, que serve ao imaginário local do ponto de vista dos efeitos de sentido dos sujeitos em relação à cidade.

2.2 O Parque Ecológico Cimba no contexto do sítio urbano de Araguaína

Ao observarmos a cidade de Araguaína e, em especial, seus espaços públicos e áreas verdes, inclusive as preconizadas no Plano Diretor, temos muito o que discutir sobre a formação, crescimento e expansão territorial, em especial no que se refere aos aspectos ambientais. Assim, refletimos acerca da configuração territorial a partir de três ponderações: o sítio urbano, composto por um relevo mais ou menos ondulado, com a grande maioria do solo arenoso comportando um grande número de nascentes no perímetro urbano – sendo que, dessas, algumas já sucumbidas pelas construções, outras ainda com possibilidades de revitalização e ainda outras em áreas ainda esparsamente povoadas –; a herança histórica da forma de uso da

terra nas formas de apropriação irregular, quer seja por pessoas de alto poder econômico ou pelas camadas menos abastadas da sociedade; quer seja pela ausência mais ou menos intencional do Estado local, subserviente aos interesses da elite local, mas também numa prática clientelista no que se refere às camadas desassistidas.

O resultado desse processo é uma espécie de colcha de retalhos na configuração das vias e, sobretudo, as áreas residenciais, tanto as próximas ao centro, quanto aos bairros mais afastados e periféricos na cidade de Araguaína. Esta realidade é percebida e sentida nos acessos urbanos, assim como nos arredores do parque Cimba, tendo em vista que, além de ter sido sua constituição o exercício de um projeto de interesse unilateral público, assim como executado sem qualquer discussão inerente ao mesmo, as configurações estruturais e de acesso são problemáticas.

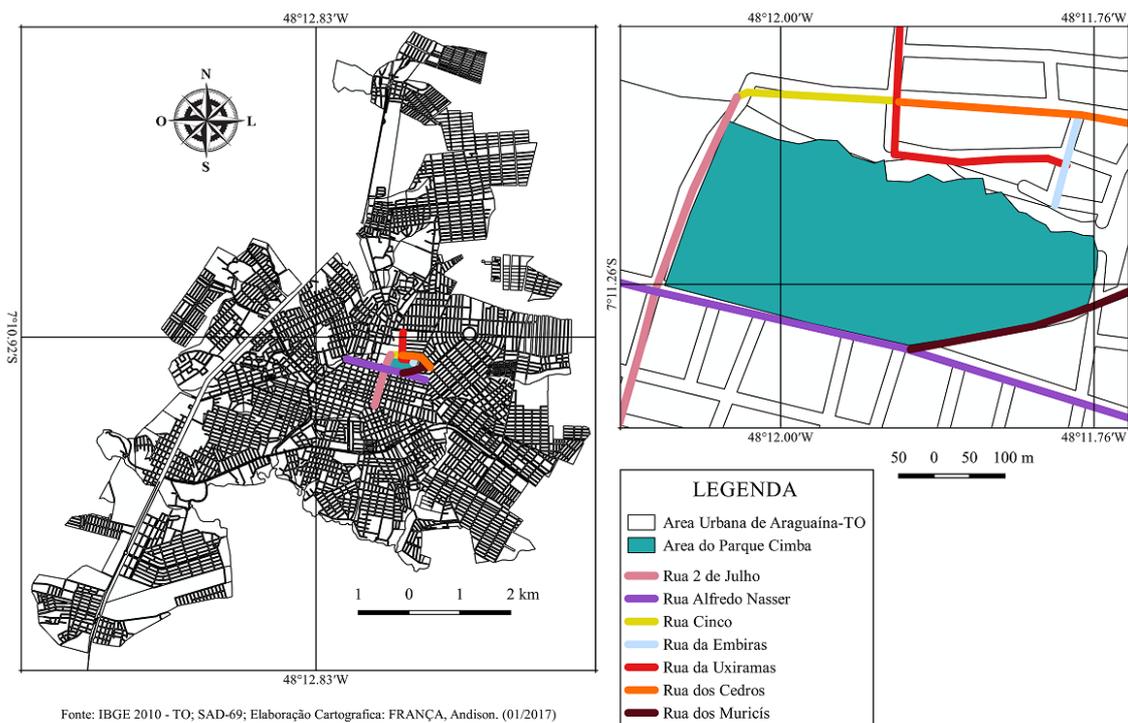


Figura 13: Mapa do Parque Ecológico Cimba no contexto da cidade. Fonte: IBGE 2010 – TO; SAD-69; Elaboração Cartográfica: FRANÇA, Andison. (01/2017).

Na figura 13 aparecem em destaque o Parque Cimba e seus entornos imediatos em relação ao conjunto que compõe a cidade de Araguaína com a intenção de podermos tecer uma análise enfocando pontos positivos e negativos da gestão ambiental urbana em aspectos das Áreas de Preservação Permanente - APPs e em relação à ocupação da terra.

Como forma de viabilizar a visualização da localização do Parque Cimba e o tecido urbano em que está inserido, a figura 13 representa as vias urbanas e seus arredores, a partir da qual chamamos a atenção para a existência de 07 (sete) ruas interligadas em espaço tão pequeno.

Esse registro da área urbana em que o Parque Cimba está inserido retrata bem a discussão sobre o crescimento urbano desigual, isso porque a concretização do referido parque e o seu acesso pelos frequentadores, acabou por nos chamar a atenção em relação a organização do trânsito ao seu redor.

Não é perceptível, mesmo durante a realização do presente estudo, em meio às visitas realizadas no Parque, a verificação de estratégias para viabilizar o acesso, fluxo dos carros, tráfego naquela localidade, o que nos remete à desassociação do pensamento local.

A atual localidade do Parque Cimba, como já abordado, sediava, na década de 1960, a primeira indústria da cidade de Araguaína, tendo ali se formado vários elos de relações comerciais e econômicas, fruto da projeção de crescimento econômico da cidade advindos a exemplo, dos esforços da família Boa Sorte. A paisagem formada agrega vários aspectos que são representados nas expressões políticas, econômicas e culturais daquela localidade. Quando nos deparamos com a dimensão territorial relativamente pequena como o Parque Cimba, mas estruturada e organizada, logo concluímos que estamos diante da nítida formação de um território composto de várias relações de diferentes formas e maneiras.

O território é um espaço organizado em que existem algumas informações, relações e circunstâncias capazes de dar sentido àquela localidade, neste momento deixa de existir espaço e passa-se a possuir o território formado por relações de poder. A imagem ou a paisagem que nos é perceptível e objeto do estudo não é consequência da mudança do tempo, muito menos de escolhas quaisquer. Naquela localidade estão concretizadas tanto algumas propostas que visam atender aos interesses de um grupo específico (elitizado), que foram materializados estruturalmente, impondo aos demais arcar com os resultados da implementação de seus interesses, o que, conseqüentemente, formou a paisagem que atualmente podemos observar. Assim, das poucas áreas verdes e urbanas da cidade de Araguaína, registra-se a criação do Parque Cimba, imagem abaixo realizada via satélite e datada do ano de 2016, em que é possível perceber a existência da totalidade da mencionada área.



Figura 14: Dimensão territorial do Parque Cimba – Área Verde. Fonte: Google Earth, 2016

O cenário apresentado na figura acima se mostra ainda mais intrigante quando relacionamos o aspecto ambiental com a área urbana, a qual nos remete certamente a pensar a natureza, em especial o elo existente entre a sociedade local e o ambiente urbano através do uso e consumo do Parque Cimba pelos residentes da cidade. Destaque para a rua das embiras situada no alto da figura, que faz a ligação das áreas inseridas no loteamento Cimba com o Parque, e facilmente verificada no mapa da figura 13.

Analisar a mudança na paisagem do Parque Cimba, bem como a origem da configuração territorial atual, exige uma busca pelas relações existentes entre os indivíduos e o meio. Para Raffestin (1993), a consolidação de um território perpassa por situações e por escolhas que são conferidas aos seus agentes dentro do sistema político e social.

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural, que resulta em jogos de oferta e procura, que provém dos indivíduos e/ou grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

O termo território pode ter vários significados a depender da ciência que o estuda. No entendimento de Fontanille (2014), a tradução inglesa de território se refere à designação de um espaço habitado e delimitado, seja por fronteiras políticas, seja por limites etológicos. Pensar em um espaço de forma habitada é ir além da paisagem, ou seja, do que se pode perceber, mas adentrar nas significações dadas ao território pelos residentes e comunidades que o permeiam na perspectiva de espaço e de lugar, considerados através da movimentação, sensibilidade e pelas experiências percebidas pelos respectivos usuários.

O território no âmbito conceitual recebe uma importante contribuição em Raffestin (1993), que ao referir-se ao território afirma que este “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). A mencionada afirmação indica que território é um espaço organizado em que existem algumas informações, relações e circunstâncias capazes de dar sentido ao espaço. Neste momento deixa de existir espaço e passa-se a existir o território, formado por relações de poder e sentidos. Quando pensamos território é essencial pensar o conjunto de relações construídas pela sociedade e que, na visão de Raffestin, (1993), é a prisão que os homens constroem para si, para entender que este é criado por suas necessidades e conjecturas, diferentemente da ideia de espaço que é livre, é apropriado, constituído e reproduzido em relações de poder.

A relação de interesses incrustado no espaço, que constroe o território, reacende a necessidade de questionarmos o pensamento ambiental. Se território é relação de poder, certo é que a cidade é construída em resposta às relações e interesses que, aparentemente, não contemplam o aspecto ambiental na sua mais objetiva concepção. Na definição de Santos (2006), o espaço remete às formas em conjunto com as vidas que as animam e, assim, partindo-se desse entendimento, o Parque Cimba é um espaço em constante movimento, seja pelas transformações estruturais do lugar impostas pelo poder público, seja pelo modo como dele se apropriam os sujeitos cotidianamente a partir de suas práticas.

Para compreender o território, o espaço e suas transformações, é necessário que se observe as ações humanas e suas intencionalidades. Dito isso, e em função dos argumentos expostos até esse ponto, o Parque Cimba, ao ser inaugurado, retratou bem o exemplo de que ações intencionadas podem, muitas vezes, conduzir a resultados não intencionados (SANTOS, 2006). A perspectiva de execução do Parque Cimba é para lazer, porém possui como nomenclatura Parque Ecológico, sendo que, na prática, o mesmo tomou dimensões maiores que

a perspectiva lançada, tendo como consequência da relação com os usuários em percepções muito distintas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o “Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos” (BRASIL, 2017), ou seja, tem como finalidade a existência de área verde em seu interior associada com outras atividades, ressaltando ser o parque um aglomerado de área verde e, subsidiariamente, das demais atividades. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em sua resolução de nº 369/2006, em seu artigo 8º §1º, considera como área verde: "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização" (BRASIL, 2006), ressalta-se a necessidade de melhorar a qualidade ambiental da cidade com a presença de vegetação. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe em seu artigo 225, que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

E nos parágrafos do artigo 225, impõe que incumbe ao poder público:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

A imposição constitucional nos indica que uma junção entre sujeito e gestão pública, cada um com suas obrigações e direitos, é possível. E que a associação de áreas verdes urbanas, levando em consideração os aspectos ambientais e ecológicos essenciais para a vida humana, associados com as estruturas urbanas para o lazer, não devem ser desprezadas por total necessidade no que se refere à qualidade de vida.

Nessa linha a menção de MILARÉ é necessária:

O meio ambiente, como fator diretamente implicado no bem-estar da coletividade, deve ser protegido dos excessos quantitativos e qualitativos da produção econômica que afetam a sustentabilidade e dos abusos das liberdades que a constituição confere aos empreendedores. (MILARÉ, 2015, p. 173)

O direito ambiental, ciência jurídica que discorre sobre o direito do ambiente reconhece inclusive a ligação íntima ao direito à vida, visto porque “a qualidade de vida -, que faz com que valha a pena viver” (MILARÉ, 2015, p. 126).

A proteção constitucional quer garantir o direito ao ambiente equilibrado ecologicamente e indisponível impondo como assevera a norma, a obrigação por parte destas gerações a sustentabilidade para fins de resguardar a garantia às gerações futuras de um meio ambiente igualmente equilibrado.

Nessa sistemática, ainda a discussão ambiental ressalta ser de entidade autônoma, ou seja, “bem de uso comum do povo⁶”, ou seja, não pertence a grupos, indivíduos ou interesses individualizados, é de todos. (MILARÉ, 2015, p. 176). Ressalta-se ainda que é essencial à qualidade de vida dos cidadãos, portanto, de elevada importância.

Porém, a discussão que se menciona sobre o ambiente, suas garantias e previsões legais, traz também a imposição ao poder público de zelar pela preservação ambiental, sendo este um dever previsto constitucionalmente, segundo Milaré, (2015). Não é obrigação discricionária do Poder Público, algo em que pode privilegiar ou deixar de priorizar, mas é uma imposição sendo essencial o cumprimento da defesa e preservação do ambiente.

Nesse sentido, julgamos primordial fazer uma análise do ambiente em relação à configuração local do Parque Cimba, a fim de trazer as características presentes no local, assim como suas inferências na questão ambiental.

⁶ Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil.

2.2.1 Do ambiente à configuração local do Parque Cimba na cidade de Araguaína-TO

A questão ambiental no contexto das cidades induz ao questionamento da importância do tema inserido nas dimensões urbanas. Como discutido no capítulo 1, a cidade de Araguaína, reconhecida como a capital econômica do Estado, sempre fora associada ao comércio, capital, economia, agropecuária, consumo e lucro. Partindo desta situação inclusive confirmada nas expressões propagadas na mídia local e inclusive pelo poder público que em sua página oficial em uma rede social usa a afirmação #capitaleconomicadoestado⁷, reafirmando o discurso de força sobre a economia, o dinheiro, o valor, ou seja, a capital econômica do estado o que nos remete à discussão tecida por GEORGE (1973), em que o mesmo relaciona a preocupação ambiental com o crescimento do consumo por parte de todos, e pela a apropriação das questões ecológicas aos detentores do poder em detrimento dos menos favorecidos.

A exemplo de tal relação, o autor discute sobre a inserção do bem findável água, à indústria tecnológicas, em total associação com o consumo e as causas ecológicas, o que ele chama de consumo verde (GEORGE, 1973). Não somente esta preocupação, que sugere um agravamento nas causas ambientais, mas também a mercantilização do ambiente. Assim, “o meio ambiente passa a ser um mercado, um seguro de uma mercadoria. O saneamento, o embelezamento do quadro de vida, são objeto de novas produções e fonte de novos lucros” (GEORGE, 1973, p. 09).

A relação entre sociedade e ambiente, na atualidade, exige uma percepção do conceito do ambiente e quais recursos estão inseridos nesta denominação. Para George (1973), o meio ambiente pode ser definido

(...) a um só tempo, um meio e um sistema de relações. A existência e a conservação de uma espécie encontram-se subordinadas a equilíbrios entre processos destruidores e processos regeneradores de seu meio. O meio ambiente é constituído por esse conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico, o qual comporta por sua vez simbioses e parasitoses, e entra na composição dos equilíbrios. Sob este aspecto, o meio ambiente é da alçada das ciências da natureza e, mais especialmente, da biologia. O meio ambiente dos grupos das sociedades humanas não passa de um caso particular – aliás,

⁷ Página da prefeitura de Araguaína na rede social facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/CapitalEconomicadoTocantins/>. Acesso em: 05 de jul 2017.

excepcionalmente complexo devido à multiplicidade das ações voluntárias ou involuntárias do homem (...). (GEORGE, 1973, p. 07)

As palavras citadas nos remetem ao entendimento de que ambiente não é um sentido singular e único, capaz de englobar toda uma configuração social. Ao que nos parece, a menção de ambiente seria “a um só tempo, um meio e um sistema de relações” (GEORGE, 1973, p. 07) refere-se a vários e incontáveis aspectos, o que engloba a responsabilidade individual de cada um em sociedade e pela preservação e cuidado com o ambiente também das indústrias e comércios. A contemplação do verde nas cidades, assim como a ausência dele, nos permite perceber um aspecto econômico e político envolto a tal realidade, isso porque a oferta de produtos, cada vez mais industrializados, é em sacrifício dos aspectos ambientais, visto que a indústria do consumo, no que se refere à sua cadeia de produção, depende diretamente dos recursos naturais, atualmente já comprometidos.

A relação entre as empresas e o ambiente passa a ser também um aspecto importante na análise da preservação ambiental. Nota-se que a presente discussão narrou por diversas vezes a participação e construção da história da Indústria de Sabão, edificada e abandonada no local que hoje abriga o Parque Ecológico Cimba, deixando como resultado destruição, entulhos, lixo, degradação ambiental, assim como o total abandono. No referido Parque Cimba, a presença da nascente do Rio Canindé, constante no seu interior, e a ausência de sua preservação, assim como o descarte não-planejado de lixo e resíduos sólidos, somados ainda aos entulhos deixados por obras realizadas, inclusive, pelo poder público, dá conta de que o consumo do verde e do ambiente é uma realidade e que recebe pouca atenção por parte de todas as esferas.

Sobre isso, George (1973) aponta que “o meio ambiente passa ser um mercado, o seguro de uma mercadoria. O saneamento, o embelezamento do quadro de vida, são objeto de novas produções e fontes de novos lucros” (GEORGE, 1973, p. 09). Se o consumo é essencial à vida em sociedade, o mesmo consumo deve levar em consideração o ambiente da vida em sociedade. Este é um contexto muitas das vezes pensado de forma contraditória, haja vista que imaginar o crescimento de uma cidade é diretamente pensar em devastação de florestas, em assoreamento de nascentes, lagos e rios e em ausência de áreas verdes. Ainda para o autor,

Ao nível da organização de uma forma de utilização racional e cuidadosa das potencialidades de um meio que deve ser preservado a fim de que dele se retire o melhor partido social possível, a política do meio ambiente se confunde com a organização do território. Todavia, bem depressa se ultrapassa a escala local e regional. Atinge-se a escala planetária (GEORGE, 1973:120).

A política ambiental, ou até mesmo o desenvolvimento sustentável, é uma discussão associada ao uso e consumo de recursos disponíveis na natureza de forma responsável e equilibrada, seja pelo indivíduo, seja pelas empresas que exploram atividades econômicas seja pela sociedade, ou pelo poder público, tudo isso como forma de pensar o ambiente e seus recursos como algo esgotável e que merece certamente ser preservado. A partir desta concepção de ambiente e apropriação das áreas verdes, tem-se que o objeto da pesquisa o Parque Ecológico Cimba é expressão de interesses sociais e individuais. Ainda, a forma de ocupação da terra na cidade, assim como a questão cultural do uso e consumo dos recursos naturais já mencionados aqui, dão conta de que a preocupação ambiental não é prioritária, seja pela forma como tal assunto é desenvolvido socialmente, seja pelos interesses de alguns que exercem o poderio econômico se sobrepondo aos demais, desprezando fatores ambientais importantes.

Segundo Leff (2002), nas últimas décadas do século XX houve o que se chamou de “crise de civilização”, momento em que havia o questionamento sobre a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Esta afirmação inserida em nosso objeto de pesquisa indica que pensar as questões ambientais é pensar o modelo econômico praticado pela sociedade capitalista de consumo em que o processo tecnológico se sobrepõe ao político e não o contrário, como julgamos que deveria ser. A complexidade ambiental mencionada pelo autor ressalta ainda a existência de uma crise ambiental, fundamentada na ausência de consciência da população e de seus líderes e de preocupação ecológica com uso e consumo dos bens naturais. Nesse sentido,

A crise ambiental é a crise de nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a nós como um limite real, que resignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. (LEFF, 2002, p. 191).

Nesse contexto, a crise e o questionamento dos efeitos e resultados tecnológicos sobre o ambiente realçados nas cidades é também fruto de determinadas perspectivas ideológicas, como o “resultado da pressão pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta”, e ainda “efeito da acumulação de capital e da maximização do lucro em curto prazo, que induzem padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza” (LEFF, 2002, p. 61), sem ignorar as “formas de consumo, que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais” (LEFF, 2002, p. 61).

As afirmações acima, quando aproximadas à realidade de Araguaína, se tornam ainda mais pertinentes, uma vez que a cidade foi criada e desenvolvida sob a concepção econômica de evidente exploração. Somente em 2015 a cidade recebeu a criação de um Parque Ecológico, ou seja, não houve a priorização de recursos públicos para tal finalidade. Sem contar que a cidade comporta o “Lago Azul”, em cujas margens encontram-se estabelecidas residências de alto padrão, portanto, com caráter de apropriação privada de um corpo d’água que deveria ser concebido e gerido como público, uma vez que, no princípio da cidade, comportou uma Usina Hidrelétrica (Usina Corujão). Atualmente o Lago está em rápido processo de assoreamento afetado pelo próprio processo de crescimento urbano sem planejamento.



Figura 15: Assoreamento no Lago Azul na cidade de Araguaína. Fonte: Portal O Norte (2012).

O Lago Azul foi formado artificialmente no leito do Ribeirão Lontra, que por sua vez recebe as águas da Microbacia do Neblina, motivo pelo qual deveria estar inserido nos programas de preservação, tanto por parte dos habitantes quanto pela gestão pública. Com as ações de degradação por parte da população, as espécies de peixes existentes no lago, as plantas nativas e as áreas de proteção sofreram sérios impactos. Somente em 2014 houve o início da revitalização do referido lago, mas com sérias consequências ambientais no local. Ainda, o mencionado lago é objeto da construção da Avenida “Via Lago”, que diz muito sobre os objetivos da gestão pública municipal, que é a construção de uma ponte para ligação de bairros e exploração econômica por meio de bares e restaurantes às suas margens. Segundo informações divulgadas pela própria prefeitura,

A ponte está dentro da segunda etapa da obra, que compreende a pavimentação da via, incluindo calçadas e paisagismo; eletrificação e a ponte. A Via Lago terá 1,56 km de extensão, começando no fim da Marginal Neblina (no cruzamento com a Avenida Filadélfia) seguindo até os setores Lago Azul, Cidade Nova e Nova Morada, com três pistas duplas, ciclovia e calçamento para pedestres. No final da avenida, ficará a ponte. Dentro do projeto, também está prevista uma ilha próxima à Via Lago, onde será construído um restaurante e o acesso será por meio de barcos, com decks de embarque e desembarque. (ARAGUAÍNA, 2016).

O exemplo acima é uma das formas de violação ao ambiente capaz de impor consequências e questionamentos à realidade social e cultural dos residentes em Araguaína.

Segundo Leff,

A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida com eficácia sem o concurso e integração de campos muito diversos do saber. Embora esta afirmação fosse dificilmente questionável em sua formulação geral, menos claro foi o caminho teórico e prático seguido para poder discernir e concretizar os níveis e as formas de integração do conhecimento com o propósito de: a) explicar as causas históricas da degradação ambiental, b) diagnosticar a especificidade de sistemas socioambientais complexos, e c) construir uma racionalidade produtiva fundada no planejamento integrado dos recursos. (LEFF, 2002, p. 62)

É percebendo que as escolhas públicas e o desprezo para as questões ambientais estão repercutindo na vida local, que a realidade apresentada corrobora claramente com a discussão de Leff (2002), pois pensar os aspectos históricos, somados à realidade das questões socioambientais e, por fim, a uma racionalidade quanto ao uso e consumo dos recursos, diz bem sobre a problemática ambiental nas cidades, que dão conta da preocupação com os recursos naturais por vários vieses e saberes. O Município de Araguaína possui em sua área urbana 164 (Cento e sessenta e quatro) nascentes catalogadas pelo Município de Araguaína. Sendo que das referidas nascentes algumas estão soterradas por construções, lixo, pavimentação e outras formas de agressão ambiental.

Registre-se que a cidade possui nascentes catalogadas em loteamentos privados e também em áreas públicas, como no imóvel em que atualmente localiza-se o Fórum da Justiça Estadual da cidade de Araguaína, situado na Avenida Castelo Branco, nº 1625, no Setor Brasil – uma amostra de como o poder público e seus residentes lidam com a questão ambiental na cidade de Araguaína. Para Leff,

É preciso diagnosticar os efeitos dos processos de acumulação e as condições atuais de reprodução e expansão do capital, os impactos ambientais das práticas atuais de produção e consumo e os processos históricos nos quais articularam-se a produção para o mercado com a produção para o autoconsumo das economias locais e as formações sociais dos países “em desenvolvimento” para a valorização e exploração de seus recursos. (LEFF, 2002, p. 62)

Mais ainda, para Leff (2002, p. 63), “essas considerações defendem a necessidade de fundar a concepção da problemática ambiental assim como novas práticas de uso integrado dos recursos numa correta teoria sobre as relações sociedade-natureza”. É o que o próprio autor denomina como a “construção de uma racionalidade ambiental”, que estaria pautada em uma maior discussão sobre as questões ambientais e os saberes envolvidos quanto ao ambiente, a fim de gerar possibilidades capazes de associar as questões econômicas e a proteção aos recursos naturais (LEFF, 2002). A proteção aos recursos naturais perpassaria a presença de direitos e legislações regulando metragens, permissões ou concedendo uso e autorizações para utilização do solo, o que imporá uma racionalização, um modo de “pensar ambientalmente”, que muitas das vezes não está inserido nas relações sociais cotidianas que estabelecemos.

Segundo as informações colhidas por meio da entrevista realizada junto à Secretária de Meio Ambiente Municipal, os únicos trabalhos a título de educação ambiental registrados na cidade são de iniciativa de organizações não governamentais e iniciativas privadas, como escolas quando da comemoração ao dia mundial da água, datado de 22 de março, inserido no calendário municipal. O crescimento econômico das cidades e a construção de uma atividade capaz de promover a subsistência de seus habitantes é quase sempre o grande objetivo da criação de uma cidade, ou seja, o aspecto econômico é preponderante, não sendo Araguaína diferente. A ideia do comércio, economia, industrialização, são aspectos participantes da formação das cidades, mas que nem sempre levam em consideração as formas e os meios deste crescimento, ou seja, o pensar sustentável.

Na ideia de Santos (2006) a configuração territorial entrelaçada com as relações sociais permitem pensar que a formação do território é composta pelos “sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (SANTOS, 2006, p. 38), isso porque a participação do homem nesta conjectura interfere e altera o espaço criando relações cujos efeitos a paisagem permite visualizar e compreender.

Bernardes e Ferreira (2015) afirmam que a compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza, desenvolvida até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem. Tal colocação dá conta que nem sempre se pensa nos recursos naturais como fonte de recursos

possíveis de esgotamento, o que acabou por promover a conotação de crescimento urbano dissociado das questões ambientais.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006, p. 39).

A necessidade de praticar o desenvolvimento e o entendimento de que o território é viável com a participação do homem, associa-se ao fato de que usualmente há pouca ou nenhuma consideração em relação às questões ambientais, é o que causou tão grave estado do ambiente, a ponto de podermos identificar uma relação direta com toda a discussão tecida por Santos (2006). Quando pensamos na relação do homem com o ambiente temos a ideia de Moraes (1994, p. 74), ao afirmar que “o relacionamento do homem com seu ambiente é equacionado no bojo de relações sociais historicamente determinadas”, o que podemos entender que a configuração territorial em especial inserida ao ambiente induz a resposta da sociedade para o tema. Para Pádua (2010, p. 2), a mencionada discussão está inserida de forma categórica com o avanço da tecnologia, assim,

O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo (PÁDUA, 2010, p. 2).

O campo cultural mencionado é o da História Ambiental, surgida a partir das discussões do tema no início da década de 1970, trazendo a reflexão não só da discussão da preservação ambiental, mas a discussão do pensamento do homem sob esse enfoque. Nesse entendimento, Pádua (2010) elenca três situações que merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PÁDUA, 2010, p. 03). A abordagem tecida é essencial para pensarmos que nem sempre houve a discussão do tema ambiente inserido no contexto histórico e cultural da sociedade. Partindo dessa afirmação, a apropriação da natureza é uma resposta dos anseios do homem em sua vida.

O pensamento de que os recursos naturais não são infinitos e de que o seu mau uso e má apropriação significaria o fim da sua própria existência trouxe à baila as discussões por parte dos movimentos ambientais, desaguando inclusive no que se nominou como Revolução Ambiental, datada do final do século XIX (BERNARDES & FERREIRA, 2015). Passou-se a pensar os aspectos ambientais tanto pelo viés econômico como social, imaginando que não era possível prever o crescimento urbano sem levar em consideração a manutenção dos recursos naturais inerentes a satisfazer a condição humana. A apresentação da modificação e discussão do ambiente, além do pensamento da preservação inserido no contexto das cidades em desenvolvimento, remete-nos a analisar as preocupações quanto ao ambiente no contexto do parque Cimba.

A percepção do ambiente é algo elementar para se pensar uma significação socioambiental e por tal razão a ausência de tais discussões no âmbito local nos interessa, o que será analisado levando em consideração o meio oficial capaz de expressar a participação popular no ano de 2016, qual seja, a discussão tecida para a aprovação do projeto de lei que revisa o plano diretor da cidade de Araguaína.

2.3 O Parque Ecológico Cimba no contexto do Plano Diretor de Araguaína

As associações de interesses, assim como a expressão de vontades, quando relacionadas à construção das cidades, deveriam sempre prezar pela qualidade e bem estar de todos os sujeitos envolvidos nesta dinâmica. Neste sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu capítulo II, trata da política urbana e aponta, como o texto do artigo 182, que o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, como afirma a lei.

A política de desenvolvimento urbano, prevista no texto constitucional impõe às cidades com mais de 20.000 (Vinte mil) habitantes a obrigatoriedade de realizar o plano diretor municipal que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. O mencionado dispositivo fora regulamentado pela Lei de nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nominada como Estatuto das Cidades e estabelece diretrizes gerais da política urbana e de outras providências. O Estatuto das cidades é a lei responsável por tornar mais efetiva a necessidade

de os municípios realizarem a norma local, que se refere ao Plano Diretor municipal, não só pensando no efetivo desenvolvimento, mas abarcando reais e efetivos problemas inerentes ao crescimento das cidades, tendo em seu *caput* a seguinte previsão:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

h) a exposição da população a riscos de desastres naturais.

h) a exposição da população a riscos de desastres.

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento. (Incluído pela Lei nº 13.116, de 2015)

A mencionada norma impõe a preocupação do direito à cidade com o maior nível de equilíbrio ambiental possível, em especial o direito à terra e à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana ao transporte e demais serviços públicos. Refletindo o desenvolvimento urbano e a expansão das cidades, com base na realidade de Araguaína, percebemos inúmeros e vastos problemas que são contrários às políticas urbanas previstas no Estatuto das Cidades. Com base nos dados datados de 2010 do IBGE enquanto a área urbana comporta uma população de 142.925 (Cento e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco) habitantes, a área rural comporta apenas 7.559 (Sete mil, quinhentos e cinquenta e nove) habitantes, ou seja, um número considerável para se administrar, organizar e pensar a municipalidade.

Em 2016, o levantamento do IBGE indicou que a população de Araguaína era de 173.112 (cento e setenta e três mil, e cento e doze) habitantes, tendo na parte urbana mais de 90% dos seus moradores. Essencial a informação de que o Plano Diretor de Araguaína foi realizado pela primeira vez apenas no ano de 2005 exarando a lei vigente neste momento de nº 2.424/2005. Pensar em política de desenvolvimento em nível municipal, somado à expansão urbana, deve exigir um esforço considerável de vários agentes sociais e econômicos no âmbito municipal. Juridicamente e textualmente é perceptível que a cidade de Araguaína está cumprindo o comando constitucional, uma vez que no ano de 2016 o Plano Diretor passa por sua revisão e, neste sentido, o mesmo atende à política de revisão textual.

O texto do Plano Diretor foi revisado, conforme plano de trabalho programado pelo Poder Público, sendo o seminário inicial realizado no dia 03 de Março de 2016, além de 4 (quatro) seminários no mês de Abril de 2016, realizados por região da cidade - região norte: Praça Iguaçu, Setor Araguaína Sul; região Sul: Colégio Municipal Manuel Lira (Nova Araguaína); região Leste: Creche Santa Clara (Alto Bonito); região Oeste: Escola Municipal João de Sousa Lima (Setor Couto) – e encerrando com a audiência pública final, no dia 22 de junho de 2016.

Na realização dos seminários de caráter participativo, porém sem a presença de um número considerável de residentes da cidade para discutir um Plano Diretor pode ser interpretado como algo intencional, uma vez que a baixa participação popular teria sido ocasionada, provavelmente, por fatores que claramente reduziram a capacidade de discussão de temas essenciais como o ambiente, por parte da população.

A falta de divulgação dos seminários de forma exaustiva por parte do poder público somado à realização dos seminários em horário comercial (pela manhã) e, ainda, vários empecilhos que impediram o conhecimento da discussão, assim como a dificuldade em se fazer presente, além do pouco tempo destinado às discussões (mesmo com tantos pontos complexos em pauta, como Acessibilidade/Mobilidade, Infraestrutura, Saúde, Meio Ambiente, Lazer, Proposta de Zoneamento).

Os resultados das reuniões foram organizados, sinteticamente, em documento próprio, sendo expressados alguns apontamentos da seguinte maneira:

Sobre o ambiente:

Maior cuidado com os banhos das chácaras (barramentos).

Das considerações realizadas no Seminário Norte da cidade, esta foi a consideração sobre o ambiente levantada no documento.

Já as contribuições no Seminário Sul da cidade foram:

Bairros ocupam áreas de nascentes que, por consequência, foram suprimidas em muitos lugares.

Mais áreas verdes na cidade.

No seminário Leste da cidade as contribuições foram:

Há muita erosão nos setores, e o referido Residencial em decorrência das erosões está ocasionando assoreamento no Córrego Lontra. Há muito matagal por não ser habitado, se tornando perigoso para a população desde a parte de saúde quanto de segurança. Problema de erosão causando assoreamento no córrego Lontras (em área da Prefeitura).

Assoreamento do Ribeirão Jacuba sofrendo grandes impactos e sofrendo alteração do solo urbano. Ex.: Clube Conceara.

Regiões de chácaras com muito cerrado está acabando por causa dos loteamentos.

Problema na ocupação na região perto do lago por causa da grande quantidade de cursos d'água.

E por fim as considerações perante o seminário Oeste que foram:

Ponto de Nascentes. Proposta: mais fiscalização do poder público em relação à comunidade nestes pontos, pois estão sendo usados como esgoto e assoreamento e depósito de lixo e aterramento para construção.

Rios dentro da cidade que são utilizados por moradores como fonte de esgoto.

Hospitais jogam águas poluídas dentro dos rios

Poluição – causam doenças

Situação dos rios - durante as enchentes a água dos rios invadem as casas deixando várias famílias desabrigadas.

As mencionadas reuniões foram subsídios para a formulação do atual anteprojeto de lei complementar de revisão do plano diretor que tem em seu texto como tema prioritário e estratégia a preservação ambiental, nos termos do Artigo 6º do referido anteprojeto, que dispõe:

Art. 6º Visando alcançar o objetivo central da política municipal de desenvolvimento do Município de Araguaína, expressa em seu Plano Diretor, são adotados temas prioritários conforme a seguir:

I - desenvolvimento econômico:

II - preservação ambiental.

III - estruturação do espaço urbano:

IV - acesso à moradia, aos equipamentos urbanos e ao transporte urbano:

V - saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer:

VI - gestão municipal e urbana:

Parágrafo único. Os temas indicados neste artigo são desenvolvidos mediante as estratégias, programas de ação, projetos e atividades específicas, vinculantes para o setor público e indicativos para o setor privado.

O que não é garantia de aplicação, uma vez que o anteprojeto mencionado não traz de forma pormenorizada, ou detalhada de que forma está política de preservação ambiental será implantada na sociedade local, por meio de quais instrumentos acessíveis.

Na tentativa de dar subsídios o mesmo documento apresenta a preservação ambiental no Artigo 8º, que prevê a proteção e a valorização do ambiente natural e construído mediante algumas condutas como a integração do ambiente natural e artificial aos aspectos sociais e culturais locais e ainda a recuperação das áreas ambientalmente degradadas, proteção aos recursos hídricos, proteção das ambiências naturais e construídas de interesse cultural, dentre outras.

Na atualização do Plano Diretor, realizada em 2016, dos quatro seminários realizados, a participação popular deu-se com a presença em sua grande maioria de estudantes, professores das escolas que estavam recebendo os seminários, assim como os servidores públicos municipais, sendo que em termos de percentual a presença de pessoas que se nominavam como residentes em Araguaína e sem vínculo algum às instituições públicas foi mínimo, o que nos embasa concluir a ausência de participação da sociedade em um documento de extrema relevância e importância para a vida.

3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA PRODUÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO CIMBA PARA PENSAR A GESTÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA

Os parques são uma elaboração da sociedade moderna ocidental, geralmente sem a presença de população residente, cujo objetivo é preservar a natureza, possibilitando que visitantes contemplem os recursos naturais. Desse panorama geral, que soa mais como um apelo mercadológico, resultam os projetos em escalas locais de produção de planejamento setorial, com maior incidência sobre as cidades de um modo geral – a exemplo do Parque Ecológico Cimba.

Com todos os apelos à questão ambiental, que na verdade são muito mais midiáticos que uma verdadeira consciência partida do individual para o conjunto da sociedade, pensar todos os aspectos referente ao uso e sentidos dados ao local é uma proposta desafiadora. A intenção do presente capítulo é a análise da percepção ambiental da sociedade local araguainense com relação ao Parque Ecológico Cimba associada às concepções semióticas do espaço no intuito de pensarmos a gestão da cidade de forma engajada, visando um crescimento e desenvolvimento com equilíbrio ambiental.

3.1 O projeto à luz da dimensão vivida: saberes para pensar a gestão dos espaços públicos

O terreno em que se concretizou o parque se converte de espaço para lugar em relação a muitas pessoas que o visitam. O local resgata sentimentos que vêm de longe, de outras cidades ou estados, como na afirmação de, Santos (2006, p. 213) “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”. As transformações que ocorreram no território, que passou de moradia a fábrica, de fábrica a terreno abandonado e, agora, de terreno abandonado a parque ecológico, expressam para muitas pessoas sentimentos vividos em diversos momentos, a depender da relação que cada um teve com o lugar.

Ao mesmo tempo, é necessário considerarmos que espaço e lugar não se confundem. Tuan (1983, p. 3-4) diferencia um do outro expressando que vivemos no espaço e desejamos o lugar. Para ele, o espaço é liberdade e enfatiza que o que começa como espaço indiferente se transforma em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor (TUAN, 1983, p. 6). Para o autor, portanto, o lugar é o espaço que foi investido de sentido pelo sujeito – em termos semióticos, uma alteridade sensível. Enquanto projeto, o Parque pode ser pensado apenas um espaço, mas que pode “transformar-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151). Nesse sentido, o Parque ocupado e experimentado, integrado ao fluxo da cidade e ao imaginário dos sujeitos é aqui pensado como lugar. Com tais critérios, no que exemplifica a aplicação do regime de interação de espaço e manipulação, percebemos que a participação popular nos referidos seminários realizados por ocasião da discussão do Plano Diretor foi mínima e, ainda, procuramos estreitar ainda mais a análise para perceber a preocupação ambiental dos participantes nos referidos seminários, em que verificamos várias afirmações acerca do critério selecionado para o ambiente.

A interação observada no documento do Plano Diretor pode ser considerado como um regime de sentido da *manipulação* (LANDOWISK, 2014), entendida como uma prática que se dá em função de se obter determinado resultado – um *fazer-fazer* – que, no caso em questão, seria da gestão pública em relação aos valores e práticas dos demais moradores de Araguaína, sendo a *manipulação* do espaço do parque (transformando-o de modo a atender às demandas a ele atribuídas, sem uma preocupação primordial com suas especificidades e demandas, mas com o que ele deveria fazer, como abrigar e ocasionar determinadas práticas e regimes de sentido que se busca estimular em seus usuários).

[...] o regime, de manipulação, foi muito explorado na teoria semiótica. De modo geral, tem-se um destinador--manipulador que procura convencer o destinatário a fazer o que ele lhe propõe. Trata-se de uma forma de interação que envolve as competências modais do destinador e do destinatário. Assim, não existe garantia pré-determinada de sucesso na manipulação (até porque o destinatário pode recusá-la), o que faz com que haja uma certa imprevisibilidade em seu resultado, pois envolve sistemas de valores, interpretações, preferências e gostos distintos do destinador e do destinatário. (FULANETI, 2015, p. 265).

Nesse contexto, podemos entender a ação de revisão do Plano Diretor, bem como a construção do Parque Ecológico que, segundo o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente em entrevista realizada, ao afirmar que a construção do Parque está, de certa forma aberta às sugestões para sua melhoria, como se fosse algo simples, acessível e de participação fácil.

A título de sustentação do contrário às palavras do Secretário, trazemos a forma como a gestão pública municipal discutiu o Plano Diretor de Araguaína que vigirá pelos próximos 10 anos.

A discussão que ocorreu em apenas 04 (quatro) dias, e informada no capítulo anterior, deu-se:

- Os Seminários - Situação Atual Diagnóstico e Proposições Preliminares aconteceram nos dias 25, 26, 27 e 28 de abril de 2016, nos seguintes locais de Araguaína:
- Seminário Norte – CEI Professora Edília Moraes Soares – Setor Araguaína Sul
- Seminário Sul – Colégio Municipal Manoel Lira – Setor Nova Araguaína.
- Seminário Leste – Creche Santa Clara – Setor Céu Azul
- Seminário Oeste – Escola Municipal João de Souza Lima – Setor Couto

A discussão trazida pelo poder público durante a revisão do Plano Diretor, conforme analisamos anteriormente, não demonstrava uma finalidade aberta de integração e acato de ideias da população, nem a clareza e objetividade do proposto, o que nos faz entender que de fato há encaixe da referida realidade ao conceito da *manipulação*, uma vez que o resultado esperado estava em aberto e a ocorrência da persuasão e do sentido indicava a forma como tal situação iria ocorrer.

Para pensar e analisar a participação popular utilizamos como dados o relatório formulado pela prefeitura de Araguaína, denominado como Registro do Processo Participativo – Situação Atual e Proposições Preliminares no ano de 2016, em que foram colhidos os registros de presença dos integrantes nos seminários regionalizados ocorridos na cidade, assim como as proposições sugeridas por tais participantes.

É a prática da persuasão, como afirma Landowski (2014), que não permite haver uma efetiva discussão entre os sujeitos capazes de pensar a realidade local no que concerne ao ambiente no âmbito do Plano Diretor da cidade de Araguaína, o que provavelmente ocasionará a conclusão de uma legislação que necessitará ser continuamente acompanhada e conformada, num *dever* de que deve ser de interesse local primordial a busca do desenvolvimento com equilíbrio. Nesse contexto, Landowski (2014) apresenta as interações como sendo pilares para a descoberta e explicação dos sentidos, apresentando inclusive o que nominou de regime de interações, divididos entre: programação, manipulação, ajustamento e acidente. Com acesso ao referido documento que trata do chamado “processo participativo” – situações atuais e

proposições preliminares nos deparáramos com afirmações que demandam uma leitura mais detida e criteriosa.

A utilização da semiótica discursiva neste momento é elemento capaz de nos apresentar o sentido ou a significação da relação socioambiental inserida no Plano Diretor através da participação da população. Os aspectos ambientais mencionados nem de longe dão conta da necessidade social de Araguaína, o que se percebe pela tímida menção dos fatores relacionados ao ambiente relacionada à pouca participação popular nas referidas discussões inseridas no documento de processo participativo formulado pelo município de Araguaína.

Com base nos regimes de interação discutidos por Landowski (2014), é possível estabelecer critérios para a interpretação das relações dos sujeitos entre si, entre sujeitos e objetos e, inclusive, entre sujeitos e o espaço⁸. Assim, tal quadro teórico se nos apresenta como possibilidade de dar sentido às práticas dos sujeitos, o que pode nos dizer muito sobre as relações vivenciadas no cotidiano. Os regimes de interação estariam ligados a todas as instâncias de atuação dos sujeitos e, sendo assim, abordá-los, mesmo que rapidamente, é pertinente para a presente análise.

Dentre os quatro regimes propostos pela teorização, a primeira, por um lado, seria a *programação* que, segundo Landowski (2014), é a possibilidade de realização de práticas já direcionadas oriundas de um contexto social ou de uma propagação cultural, que induz certo tipo de comportamento assumido socialmente. Por outro lado, quando o comportamento é fruto do trabalho de persuasão, convencimento, passando pela interioridade do sujeito estamos diante da *manipulação* que para Landowski (2014), é a existência da intencionalidade que possui a ligação das razões do sujeito e das motivações que justificam a manipulação, que ainda necessita da presença de dois sujeitos para se concretizar. Sobre o *ajustamento*,

Trata-se de um regime entre iguais, onde os actantes coordenam suas dinâmicas respectivas em função de um princípio de sensibilidade. Ele põe em jogo o processo de contágio fundado sobre as qualidades sensíveis dos parceiros da interação, isto é, de um lado, a consistência estética (plástica e rítmica) dos objetos, e, de outro, a competência estética dos sujeitos. (LANDOWSKI, 2005, p. 17)

A citação anterior conduz-nos à compreensão de que é a partir do sentir, que não necessariamente depende do agir do outro, mas sim do sentido, sentimento, ou entendimento

⁸ O termo espaço é utilizado em semiótica com acepções diferentes, cujo denominador comum seria o ser considerado como um objeto construído (que comporta elementos descontínuos) a partir da extensão, encarada esta como uma grandeza plena, sem solução de continuidade. (GREIMAS e COURTÉS, 1979, p. 156)

que passa a sentir o sujeito, motivo que o ajustamento é possível através da emoção, sentimento ou sensação capaz de transformar, ou até mesmo da ocorrência de uma parceria entre os sujeitos. E, por fim, o último regime é o *acidente*, que está fundado na imprevisibilidade, aleatoriedade, ou seja, é a ocorrência de um cruzamento de situações em que não se pode prever ou precisar a causa ou a finalidade, a este fato dá-se o nome de acidente para Landowski (2014).

A semiótica percebe o sentir em uma visão mais abrangente, que leva em consideração o fazer sentido, necessário na presente análise.

A abordagem semiótica do sentir não pode, com efeito, reduzir-se à observação das modulações tensivas, ou seja, das variações de intensidade suscetíveis de afetar quantitativamente as condições da percepção do mundo exterior. Seguramente, o mundo percebido, que reconstruímos como mundo significativo, a cada instante nos solicita “energeticamente”, pelo grau de intensidade variável de sua presença ao redor de nós; mas tais variações pressupõem em todos os casos a presença de *alguma coisa* a perceber, quer dizer, de certos objetos caracterizados por determinadas propriedades inerentes, e perceptíveis. (LANDOWSKI, 2005, p. 99)

Insta esclarecer que a apresentação dos regimes de interações explicitados por Landowski não são estudados de forma aleatória ou distante de outros conceitos inerentes à semiótica. Contudo, pelas afirmações lançadas, e em aplicação à análise dos relatórios existentes na discussão do Plano Diretor da cidade de Araguaína, é possível perceber de forma evidente quanto estanque é a participação popular neste processo.

3.2. A dimensão vivida: impressões da sociedade local a partir dos usuários do Parque

As questões teóricas abordadas podem, mesmo que apenas de forma aproximada, responder às questões práticas do vivido pelos entrevistados (frequentadores do Parque Cimba na cidade de Araguaína). Tratar as questões ambientais no aspecto urbano, tendo como referencial o Parque Cimba foi a forma de levantar e tentar entender os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais envolvidos neste espaço. A apropriação do espaço público por parte dos frequentadores, em entrevistas realizadas no Parque, associa-se diretamente com a noção trazida a título de sentimento de lugar e expressões do vivido, que dão conta de que há ainda muito que se discutir sobre a apropriação do ambiente.

O uso e acesso ao parque demonstra que este foi ressignificado: se anteriormente era tido como área de difícil acesso e até fonte de temor (em função da crescente violência na

cidade), atualmente é tomado por seus frequentadores como uma área bela, cheia de qualidades, tendo se tornado, inclusive, parte da rotina recreativa de muitas pessoas, as quais já inserem a visitação em suas práticas cotidianas.

Durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2016 e fevereiro, abril e junho de 2017 foram realizadas visitas ao Parque Cimba, em que foram colhidas entrevistas com frequentadores no intuito de levantar algumas informações, observações, sugestões, percepções dos usuários no que se refere às questões ambientais, dos equipamentos, dos segmentos envolvidos bem como da ideia de pertencimento na possibilidade à participação engajada na gestão da cidade. Somando-se às entrevistas, foram registradas imagens da paisagem. Foram ouvidas 39 pessoas no ano de 2016, através de entrevistas semiestruturadas, com roteiro com perguntas pré-elaboradas permitindo respostas livres e espontâneas, para nossa tabulação em forma de citações para subsidiar a presente pesquisa. Para fins de análise das respostas, procedemos à transcrição original das falas dos entrevistados, privilegiando as informações mais frequentes ou com maior número de ocorrência, necessárias, omitindo os nomes dos entrevistados, não levando em conta nenhum critério previamente definido, a não ser a ordem das questões, puramente por uma questão de organização.

Do total de 51 entrevistados, temos quinze entrevistados com idade de 20 anos, ainda temos vinte entrevistados que possuem idades entre 21 e 30 anos, onze dos entrevistados possuem de 31 a 40 anos de idade, e cinco de nossos entrevistados possuem idade acima dos 50 anos. Nessa perspectiva é possível perceber que mais de 70% (setenta por cento) dos entrevistados são jovens, com idade de até 30 (trinta) anos de idade. Os entrevistados possuem escolaridade entre ensino médio e superior incompleto em sua grande maioria, tendo o registro de 07 (sete) frequentadores com ensino superior completo.

Da localidade de residência dos entrevistados, constam os seguintes bairros de Araguaína: Setor Urbano, Vila Couto Magalhães, Setor Raizal, Setor Cimba, Vila Norte, Setor Jardim Paulista, Setor Itaipu, Setor Jardim Santa Helena, Setor Oeste, Vila Patrocínio, Centro, Bairro São João, Setor Araguaína Sul, Vila Ribeiro, Jardim dos Ipês, Bairro Eldorado, Bairro JK, Setor Coimbra, Setor Lago Azul III, Setor Parque Primavera, Setor Palmas e Setor Tecnorte.

BAIRROS DOS ENTREVISTADOS	Nº DE ENTREVISTADOS
Vila Couto Magalhães	1
Setor Raizal	1
Vila Norte	1
Centro	6
Setor Cimba	7
Setor Jardim Paulista	2
Jardim Santa Helena	2
Vila Ribeiro	1
Setor Parque Primavera	2
Setor Coimbra	1
Bairro Eldorado	2
Setor Palmas	1
Vila Patrocínio	2
Bairro São João	3
Setor Itaipu	2
Setor Tecnorte	1
Setor Lago Azul III	1
Setor Urbano	1
Jardim dos Ipês	1
Setor Setor Oeste	3
Setor Araguaína Sul	9
Bairro JK	1

Tabela 1: Especificação de entrevistados por bairros e setores em Araguaína. Elaboração própria.

Os bairros e setores em que os entrevistados são residentes responde que a maioria dos frequentadores estão inseridos nas proximidades do referido Parque, sem deixar de receber pessoas de locais mais afastados, demonstrando uma aceitação do espaço de forma heterogênea no que se refere a localização geográfica dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas tanto individualmente quanto em grupos. Quando das entrevistas em grupo e reuniões de pessoas, foi possível perceber o vínculo existente entre os mesmos, como vínculos originados através da igreja (como grupos religiosos, em eventos das igrejas que foram sediados no Parque Cimba), assim como por grupos formados por estudantes da universidade e faculdades existentes na cidade, bem como grupos familiares para a reunião dos mesmos no Parque por vários motivos, como comemoração de aniversários, registros fotográficos para casamentos, noivados, formaturas, piqueniques etc.

Inicialmente é essencial discorrer sobre a paisagem e características do referido Parque, isso porque, quando se adentra o Parque Cimba – que possui duas entradas de acesso livre,

sendo uma delas possível pela Rua 02 de Julho e outra pela Rua Alfredo Nasser. No primeiro e principal acesso (pela Rua 02 de Julho), que se constitui de dois pilares de concreto com um portal contendo a imagem de coco Babaçu, típico da região Norte, conforme ilustração a figura 05, o frequentador se depara com algumas árvores que já existiam anteriormente (nenhuma delas foi plantada quando da construção do referido parque) e a presença de inúmeros vendedores realizando seus comércios, sem qualquer regulamentação do município.

Menos de 10% (dez) por cento dos entrevistados afirmam que conhecem efetivamente o que significa o símbolo presente no portal de entrada do parque (referindo-se à figura do babaçu, uma palmeira bastante conhecida no Estado do Tocantins, rica em suas possibilidades de uso econômico e que, na visão dos gestores, é desvalorizada). Tal figura, que serviria para representar a união entre o natural (e pretensamente identitário) e o cultural, uma tematização da apropriação dos recursos naturais pela ação humana, do ponto de vista do artesanato. A dimensão simbólica do território reconfigura, de certo modo, todos os recursos e propriedades que também reúnem em um princípio de “auto-referência identitária” (FONTANILLE, 2014). A natureza tornada signo remete à constituição e formação de um território que propõe uma identidade cultural perceptível pelas representações que se fazem, como é o caso do coco Babaçu no norte tocantinense.

O Parque Cimba, localizado entre o Centro da Cidade de Araguaína e da Universidade Federal do Tocantins-UFT, parece não ter levado em conta, em sua constituição, os impactos gerados nos arredores do parque. Com a ativação do Parque, que possui fluxo diário de pessoas e que, estando localizado em um cruzamento de vias urbanas, acaba por promover um excesso de tráfego de carros e pessoas na localidade, demonstrando mais um aspecto não pensado em sua projeção. Assim, nos horários mais frequentados pelos usuários do parque, mesmo com a instalação de semáforos para organização do trânsito, as vias públicas estreitas e a ausência de estacionamentos geram constantes engarrafamentos e, assim, um lugar sem problemas de fluxo de automóveis tornou-se agora um dos pontos nevrálgicos da cidade, impactando negativamente a vida dos moradores e dos que por lá transitam a caminho da universidade ou de outros bairros, bem como produzindo tensão para os que buscam uma das poucas áreas exclusivas de lazer público da cidade.

Embora existam dificuldades e divergências quanto ao projeto e com a concretização do espaço, essencial é a análise do mesmo com a presença da população e seus frequentadores. O sentimento de pertencimento e de aceitação do espaço criado é capaz de enaltecer uma

necessidade latente na cidade de Araguaína, pois inexistia qualquer modelo semelhante ao planejado. Tais percepções nos remetem ao entendimento de que, com o passar dos meses, o Parque Cimba foi sendo constituído com a presença dos usuários e suas necessidades. O lugar não é mais um projeto, mas uma realidade acessível, a qual

Não é possível simplesmente olhar aquela estrutura sem perceber muito além do que a mesma nos permite, pois o fazer semiótico não é somente tentar compreender num primeiro grau certas coisas (discursos, paisagens, comportamentos, modas, rostos, estratégias, obras, etc), que se apresentam aos nossos olhos, à distância, ou, algumas vezes, nos tocam de mais perto, ou mesmo nos assaltam. (LANDOWSKI, 2001, p. 25)

Buscamos, assim, analisar o que sentem os grupos frequentadores daquele espaço, como os vendedores ambulantes, os profissionais educadores físicos, os atletas e a comunidade em geral para as mais variadas atividades físicas e/ou culturais. Nos horários por volta das 17h, é possível visualizar o início da chegada dos frequentadores, que se estende até por volta das 20h30 em maior fluxo. O horário de funcionamento do parque é até as 22h00min, mas, quando do avançar do horário o fluxo de pessoas tende a diminuir cada vez mais, para o que vários fatores contribuem. Segundo as entrevistas, alguns deles são a questão da iluminação do Parque (que impacta diretamente sobre a permanência dos frequentadores no local), a ausência de atrativos após a caminhada e, ainda, pela inexistência de segurança pública frequente no interior do espaço público. Existindo o livre acesso, às dependências internas do parque, o questionamento de como os entrevistados usam aquele espaço público e se apropriam dele é algo essencial para a presente pesquisa.

Assim os entrevistados quando questionados sobre as motivações que os levam ao parque (*Por que você vem ao Parque?*), foi respondido⁹ que:

“Visito o parque para lazer e para trazer meu filho”
 “Para realizar a campanha do dia 08 de Abril, contra o câncer, promovido pela Faculdade Itpac”
 “Para comercializar meus produtos, vendo pipoca, espetinho, balas e chicletes”
 “Para vender cremosinho”
 “Para trabalhar”
 “Venho ao parque porque é um lugar completo, se eu quiser caminhar eu caminho, se eu quiser andar de bicicleta eu ando”
 “Para espair e ver gente”
 “Conversar com os amigos e correr e andar de patins”
 “Para conversar. De dia é o lugar mais seguro para conversar, pois é cercado e a polícia passa por aqui”.
 “Para ler”
 “Para praticar esporte”
 “Para ver pessoas”

⁹ As transcrições foram em conformidade com as falas, sem qualquer edição nem mesmo para a correção gramatical.

Assim, é possível percebermos que a maior e mais mencionada atração do parque é a existência de lazer, que compreenderia a prática de esportes, caminhada, leitura, conversas, andar de bicicleta, dentre outras que estão inseridas no contexto de lazer do referido parque.

Os dias de maior visitação são os finais de semana e feriados, o que foi possível perceber com as visitas que foram realizadas tanto durante a semana, em expediente normal e dia útil, como aos finais de semana, com média de três vezes por semana entre os entrevistados, que permanecem no parque por uma média de 02 (duas) horas em cada visita.

Nos relatos colhidos através das entrevistas, os discursos não deixam de nos remeter ao vivido e ao sentido dado por cada um, assim como suas ideologias e formas de perceber cada situação que lhe é posta durante o contato verbal. As falas trazem consigo muito do experimentado por cada entrevistado, o que foi possível perceber com as respostas dadas aos questionamentos.

Questionados acerca da impressão do sujeito, de um modo geral, sobre o parque, bem como os aspectos positivos e negativos visualizados por cada indivíduo e, na maior parte dos casos, somente com a pergunta realizada e com a pausa para que o entrevistado pudesse pensar e fazer as suas conjecturas sobre o Parque, é que houve a possibilidade de se avaliar, analisar ou formar um senso crítico. Após a rápida pausa, foram levantadas algumas informações:

- “É um ótimo lugar”
- “Muito bom estava precisando”
- “Tirou o pessoal da (toca)”
- “Mais contato entre as pessoas”
- “Promove o comércio”
- “É ótimo para crianças passear”
- “A iluminação precária”
- “Ótimo para a família”
- “Fica escuro cedo”
- “A grama está morrendo”
- “Para o lazer tudo é bom, mas tem cachorro sem focinheira”
- “O povo pode frequentar o parque e vender os produtos”
- “Não tem banheiro, água para beber, lavar as mãos, não tem cobertura pra passar a chuva”
- “Todos os aspectos são bons, mas precisa aumentar, falta banheiro, torneira, e uma cobertura e chafariz”
- “Tudo é bom, só não a malandragem, tem assalto direto”
- “Araguaína precisa de um lugar como esse é familiar, reúne todos os esportes, parque mudou a cara da cidade”
- “Ponto positivo é o gramado, mas poderia ser arborizado, tinha muitas árvores antes, nativas”
- “Ponto positivo é a existência do parque e ponto negativo é a estrutura, as pistas poderiam ser maiores, tem muito espaço vazio, o espaço não é aproveitado com quiosque”

Com a transcrição das falas, é possível perceber a apropriação dos espaços realizada pelos entrevistados. Na grande maioria das falas, os aspectos positivos superam sobremaneira os aspectos negativos, isso porque, em todas as falas há uma exaltação ao local, como algo qualificado como bom, excelente para usufruir, assim como algo atualmente integrante da vida cotidiana. Aos pontos negativos suscitados pelos entrevistados, foi possível perceber a existência de algumas reclamações ao nível do estrutural. De fato, o projeto arquitetônico divulgado pelo poder público não foi cem por cento concretizados e tal fato impôs à sociedade o uso do espaço da forma como está e sem qualquer data e perspectiva para a possível finalização. Algumas falas apontaram que:

“Que não poderia ter animal”;
 “Parque está inacabado”;
 “Falta terminar o lago, não sabe o que será”;
 “Falta segurança e organizar os “escombros” que era a fábrica de sabão”;
 “Falta banheiro”;
 “Falta segurança”;
 “Falta árvore”;
 “Os cachorros andam sem focinheira”;
 “Não tem lanchonete”;
 “Não tem parque suficiente”;
 “Não tem guarda”;
 “Vi pessoas fumando maconha porque não há segurança”;
 “Já teve arrastão”;
 “Precisa de quadra coberta e bebedouro, além de ter pouca iluminação”;
 “Falta sistema de irrigação da grama”;
 “Mal frequentado”.

Segundo as informações, o Parque é, na visão da maioria dos entrevistados, algo muito bom, merecedor de apreciação e de uso por parte de todos na sociedade, porém são inúmeros os problemas sentidos no dia-a-dia do uso do parque, várias situações que jamais foram pensadas para os que ali frequentam. Quando as falas abordam a questão da falta segurança é porque já sentiram a presença de algo capaz de retirar a sua tranquilidade, como os assaltos cometidos no interior do parque. De todas as visitas que realizamos no Parque Ecológico Cimba, em apenas uma delas foi percebida a presença de policiais realizando a segurança no local (era o dia de um evento) e, por tal razão, o número de visitantes era muito maior que o normal, motivo pelo qual havia a presença de policiais militares.

Nota-se nos relatos que os aspectos negativos dizem respeito à necessidade de mudança na estrutura do parque para melhorar seu uso, trazendo mais conforto e melhorias para os frequentadores. Além dos aspectos estruturais, aparecem ainda demandas relativas a aspectos ornamentais e administrativos.

Ainda, segundo um dos entrevistados o Parque é “mal frequentado” a mencionada afirmação provoca-nos a necessidade de discutir tal expressão. Isso porque na referida entrevista a afirmação estava inserida no questionamento “Qual a sua impressão do Parque?” e está resposta transcrita nesta oportunidade, tal como expressada, demonstra a percepção deste frequentador.

A referida afirmação está associada segundo o entrevistado pelo fato de que no Parque Cimba, já foram registrados assaltos e espancamentos, o que causa medo aos que frequentam, porém, pensar esta afirmação em nossa discussão, nos remete a relacionar tal fato, na ausência de integração da gestão pública com a sociedade, em especial na administração do espaço público analisado nesta oportunidade. Se a expressão mal frequentado aparece no discurso expressado por um frequentador do próprio Parque Cimba, é de se considerar que o mesmo reconhece que o ambiente não está privilegiando o que de fato deveria, como a promoção de bem estar e qualidade de vida, uma vez que registros de situações negativas e preocupantes, dão sentido a relação entre a sociedade e o lugar.

Chama-nos a atenção que, dos 39 entrevistados em 2016, apenas 01 fez menção à necessidade de irrigação da grama, isso porque o momento da realização das entrevistas foi em período de estiagem e que, de fato, a grama estava bastante seca, chamando a atenção para aqueles que se dispusessem a pensar pelo viés ecológico e ambiental ao que o parque se propõe, conforme pode ser observado na figura 16.



Figura 16: Condições da grama do Parque Ecológico Cimba em setembro de 2016. Fonte: Fernandes (2016)

Avançando nas observações, vale citar ainda a menção dos entrevistados em relação às ruínas existentes no interior do parque, sobre a qual afirmam que:

- “A construção, ‘casa velha’, deve ser derrubada, está feia, poderia ser um museu”.
- “A ruína nem deveria existir, deixaram porque é histórico. Foi interditada, poderia cair, não serve para nada, se já foi interditado porque deixaram”.
- “Gosto de deixar a ruína pelo que ela significou, mas é ruim porque é insegura”
- “Ruínas é um perigo, se acontecer um acidente quem vai se responsabilizar?”

A existência das ruínas da fábrica mantidas no interior do Parque Cimba, conforme relatado nesta pesquisa, não é de interesse dos entrevistados, uma vez que a menção às ruínas somente foram percebidas quando provocadas na entrevista, o que nos ressalta a importância de pensar o lugar. A figura a seguir apresenta a estrutura existente no interior do Parque no ano de 2016.



Figura 17: Ruínas da fábrica Cimba. Fonte: Fernandes (2016).

Nesse ponto, questionamos o que os usuários achavam das referidas ruínas existentes no Parque Cimba e se é de conhecimento a origem das mesmas e a maioria dos entrevistados respondeu tratar-se de uma fábrica de sabão e no imaginário das pessoas há ainda a informação de que na referida fábrica “matavam pessoas”. Na narrativa acima, cabe analisar vários sentidos nas falas. Isso porque no imaginário destes frequentadores as falas referentes às ruínas são indicadas como algo negativo, pejorativo, a indicação da demolição faz responder e expressar a falta de conhecimento e/ou interesse histórico por parte daqueles frequentadores.

É nessa concepção que, na presente investigação, a busca pela percepção dos entrevistados no que se refere ao local, à paisagem, ao visual, é inserida como prioridade para responder a vários aspectos, inclusive o que é presente no imaginário local.

3.2.1 Entre fatos e boatos, o espaço/lugar Cimba na dimensão do imaginário local

Ao nos depararmos com a constituição do Parque Cimba e o aglomerado de pessoas circulando diariamente em suas dependências, temos um cenário questionador. O espaço transformado em lugar e cheio de significações emana alguns sentidos que devem ser analisados. As experiências sentidas, as emoções vivenciadas, as impressões tecidas naquele espaço induzem para cada visitante um reflexo específico. Além disso, a conotação imposta pelo poder público para a divulgação de um parque ecológico que não fora constituído na prática, ou seja, levando em consideração a preocupação ecológica que o nome exige, demonstra um território cheio de significações.

O território é, portanto, um conceito espacial, social, cultural e econômico que convoca irresistivelmente ao deslocamento e à ultrapassagem dos limites: estender sua influência, estender seu raio de ação, aumentar as conexões em rede e, inversamente, absorver as influências exteriores, resistir às ingerências e transformá-las em trocas, etc. (FONTANILLE, 2014, p4).

A constituição do mencionado parque faz um recorte no loteamento Cimba e reúne inúmeras pessoas em seu interior. Pensar o que tais visitantes percebem e vão buscar naquele local é tentar extrair os sentidos e as significações do local. Para alguns, o local é estritamente de lazer, para caminhadas, atividades físicas, passeios, enquanto que, para outros, é local de memória, vínculo histórico pessoal, forma e meio de contato com o passado, e, ainda, pode ser local de sustento, de trabalho, comércio de produtos e prestação de serviços.

Perceber o Parque Cimba e imaginar que o mesmo tenha um único significado para todos é algo impossível, uma vez que diferentes elementos contribuem para a singularização da experiência, ainda que ocorram práticas comuns e que discursos sejam compartilhados historicamente. A percepção do espaço vai muito além da paisagem e da reprodução de discursos, sejam eles promovidos pelo poder público ou ecoados pela sociedade, uma vez que apela também à sensibilidade dos usuários.

Para captar de forma, isto é, estruturalmente (ou semioticamente), o que alguma coisa significa – por exemplo, para dar conta dos possíveis significados de um gesto ou de uma expressão, de um texto escrito ou de uma imagem, de uma cerimônia ritual ou de um movimento de massa – não basta reconhecer nisto os traços genéricos de um tipo já conhecido. [...] para compreender, caso por caso, aquilo que nos interessa ou, no caso de práticas, para captar “o que se passa”, o único meio é simplesmente descrever e analisar o material de que dispomos, isto é, tentar resgatar, na sua singularidade e sua especificidade, os efeitos de sentido resultantes da própria organização estrutural do objeto ou da prática em questão. (LANDOWSKI, 2001, p. 07)

O Parque Cimba, construído em área anteriormente tida como abandonada na cidade de Araguaína e que abrigou uma fábrica de propriedade da família Boa Sorte, apesar de todos os percalços e incompletudes aqui analisadas, trouxe um espaço de ressignificação para a

população, um terreno outrora abandonado em um espaço atualmente dinâmico e bastante visitado. A proposta do projeto ecológico do Município de Araguaína, associada à divulgação midiática, versava sobre a construção de um parque ecológico, o que suscitou os anseios da população nesse sentido. No entanto, o parque Cimba possui um aspecto mais estético-arquitetônico que ecológico (como teria sido proposto). Seja por questões político-administrativas (intencionais ou não) ou por questões de ordem econômica, o certo é que o poder público fugiu da proposta inicial do projeto veiculado e lançado à comunidade, o que nos pareceu passar ao largo do conhecimento pela população residente e visitante do Parque.

Analisar, neste momento, por exemplo, se o projeto do Parque Ecológico Urbano Cimba foi pensado e executado para atender à realidade cultural e social da cidade de Araguaína é uma questão crucial para nossa discussão. Isso porque a sobreposição de vontades e de pensamentos é historicamente respondida através da ideia de colonialidade do saber, tão histórica e culturalmente arraigada num país como o Brasil. Segundo Mignolo (2003) aponta que se dê, talvez, por estarmos historicamente arraigados com as dicotomias do mundo ocidental, em que se seleciona o correto e o errado a partir de parâmetros europeus, em total anulação ao que ocorre aos saberes locais, combinando cultura, clima, relevo, economia, educação, fé e assim por diante.

O Parque Cimba era, nas décadas passadas, uma área abandonada, sem muitas pretensões de mudanças. Necessitava de uma ação para que tivesse uma finalidade, porém, pensarmos em mudanças sob o olhar do global sem nos atentarmos para o local é desmerecer as construções espaciais tecidas ao nosso redor. A ressignificação dos conhecimentos reificados, fruto do legado científico da humanidade, como nos assevera Mignolo (2003), e afirma que o desenvolvimento local está inserido na necessidade de pensar descolonialmente, nos remetendo a argumentar a favor inclusive da qualidade ambiental equilibrada.

É preciso pensar o local e imaginar as faces e necessidades próprias do “aqui” e não impor ao local, ideias, obras, projetos, textos, teorias, difundidas por outras realidades. Aplicando este pensamento em nosso contexto, nos parece ir na contramão do projeto ecológico do Parque Cimba, considerando que no mesmo não se pensou o global a partir do local, e sim o inverso. Em contato com os usuários e frequentadores do Parque é possível perceber que não houve a participação da população ou a oitiva de anseios sociais locais para sua concretude. Nossa análise busca dar sentido ao parque como espaço social, dando significação aos fenômenos espaciais envolvidos em todo o contexto físico e social pela dinâmica de uso do

espaço, de sua organização, perspectiva e motivação das pessoas que se deslocam para ir ao Parque, ou mesmo, como elas se deslocam dentro do espaço. Portanto, é preciso analisar, contextualizar as experiências e vivências dos usuários para perceber os reais sentidos atribuídos àquele local, uma vez que “[...] O espaço não é, como crê a maioria dos arquitetos, uma realidade rígida e válida para todos [...]” (FUÃO, 2004,), mas uma construção de sentimentos e experiências próprias.

Para entender as perspectivas de quem usa o espaço do Parque Cimba foram realizadas entrevistas informais, por exemplo, as do dia 04 de julho de 2016, uma segunda-feira, por volta das dezessete horas (um dos vários momentos em que foi possível perceber os mais variados sentidos do parque a partir do “EU” de cada entrevistado). Conforme Fuão (2004), não existe um espaço objetivo e autônomo do ser humano. Existem diferentes maneiras de perceber e compreender esse espaço ‘bruto’, lá fora, sem significação, à espera de minha chegada. Em contato direto com os visitantes do local, verificamos que a população que frequenta o Parque não é só araguainense e, pelo fato de a visita ter se dado em mês tipicamente de férias escolares, foi possível perceber pessoas de outros estados e de outras cidades, até mesmo de outros países frequentavam-no.

Os motivos apontados para frequentar o Parque são diversos, a presença de trabalhadores autônomos, sendo estes vendedores de pipocas, cachorro quente, algodão doce, vendedores de pipas, vendedores de água mineral, água de coco dentre outros produtos, que possuem o intuito de desempenhar atividade lucrativa e promover o sustento dos seus familiares. Tal comércio ainda é considerado irregular, tendo em vista que a prefeitura de Araguaína até o momento não fez concessões para as atividades de comércio. Assim, para alguns ambulantes, o Parque Cimba é oportunidade de trabalho direto e informal, com a possibilidade de auferir renda e é esse o sentido dado por tais profissionais.

No final da tarde do referido dia, percebemos que a presença da população é considerável no Parque Cimba. Averiguamos que muitos dos usuários são moradores da região ou bairros próximos, circunvizinhos ao Parque, e essas pessoas afirmaram frequentar o espaço, em média, três vezes por semana para realizarem atividades físicas, passeios, caminhadas, ou apenas apreciação.

Outra comunidade frequentadora do parque são os moradores do bairro em que o Parque está situado, também chamado de Cimba, em que em alguns casos são família residentes na

proximidade por vários anos e puderam perceber as modificações ocorridas no local. No decorrer das entrevistas foi possível perceber um sentimento de carinho em determinado momento, visto que alguns dos entrevistados cresceram às margens de uma represa que existia no local, onde tomavam banho e lavavam roupas e que, ao visitarem o local atualmente, relembram a estrutura natural anterior, recordam das árvores nativas que ali existiam, mencionaram as mangueiras plantadas pelos trabalhadores da extinta fábrica que funcionava no local, atualmente compondo a parte da entrada do Parque, conforme a Figura 05.

O saudosismo em determinados momentos na entrevista realizada foi notório. Pessoas que relembram e rememoram fatos e imagens de décadas passadas. Mas nem tudo é motivo de alegria. Através de entrevistas, pessoas contam que aquele terreno servia de moradia e relatam a saída dos funcionários da fábrica estabelecida no mesmo local de forma não tão amistosa, com a desativação das atividades da mesma e a retirada de várias famílias por volta do ano de 1994, quando houve inclusive a demolição das casas de ex-funcionários que residiam àquele local.

Numa aproximação teórica, podemos afirmar que o Parque Cimba é um lugar que, pela perspectiva de Tuan (1983), reina heranças de topofilia ou topofobia¹⁰ para os ex-moradores e suas famílias, guardando, portanto, afetividades e repulsas; um lugar cuja alma está ainda viva e exercendo impressões, lendas e, quem sabe, poderá ser determinante para a produção folclórica local. O Parque é um novo lugar, relacionado a velhos episódios da memória local de uma parte da população e um mundo novo para outros, que não são detentores dessa memória. A interação das pessoas com o espaço e lugar poderá vir a ser um elo de influência à cultura local, bem como dos comportamentos e valores humanos oportunos à melhor gestão local, em tempos atuais da necessidade de valorizar os saberes locais (TUAN, 1983, p. 6).

A construção do território e as significações existentes de fato permeiam o existencialismo e as percepções próprias de cada pessoa que dá sentido aos espaços:

O sentido do espaço só existe a partir da experiência do 'eu'; portanto, o sentido do espaço da arquitetura não está no interior da abstração do espaço, no interior da arquitetura, na relação utilitária entre o cheio e o vazio, e tampouco nas entranhas das paredes. Qualquer sentido que se possa atribuir está fora dele, muito além de sua superfície. Está no interior de quem o vivencia, está nas pessoas que nele se deslocam

¹⁰ Na expressão do lugar, Tuan apresenta o conceito de topofilia que é “O elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p.19), além do conceito de Topofobia entendido por Tuan como a inversão, ou seja, o sentimento de rejeição em relação ao lugar.

constantemente. Curiosamente transportamos o sentido do espaço para qualquer lugar que formos. (FUÃO, 2004)

Assim, são as impressões e os discursos reproduzidos pelos frequentadores daquela localidade que emanam sentidos e significações, oriundos dos elos e relações promovidas através da constituição do território. Exemplificando a discussão, temos o contato ocorrido com a família de um ex-torneiro mecânico, através da entrevista realizada no Parque Cimba, já falecido, de nome Carlito Barbosa Fernandes, que morou naquele neste local (lotes do parque Cimba), fazendo com que os familiares tenham pelo Cimba uma relação de carinho. A família relembrou com orgulho que o ex-torneiro plantou as mangueiras existentes até hoje na entrada do Parque, conforme registro realizado na figura 18. Percebemos, assim, que este local tem história e memória para essa família, diferentemente da maioria que ali frequenta, por ainda soar uma territorialidade simbólica.



Figura 18: Mangueira localizada na entrada do Parque ao lado esquerdo. Fonte: Alves; Fernandes (2016)

Percebemos que determinado grupo de pessoas buscam o Parque por ser uma nova opção de lazer e mais prazerosa, estando localizada nas proximidades de suas residências, uma vez que uma parte dos frequentadores do parque reside nos arredores. É também lugar escolhido pelo poder público para a centralização de eventos culturais, pois alguns dos eventos constantes no calendário local foram realizados no Parque Cimba, a exemplo da Encenação Teatral da

Paixão de Cristo, as tradicionais Festas Juninas, comemorações pelo aniversário da cidade, Carnaval, shows promovidos pela prefeitura Município Araguaína. Isso faz sentido, ao considerarmos que a cidade de Araguaína não possuía nenhum outro espaço para atividade de lazer e esporte ao ar livre, motivo pelo qual muitos frequentam o local com essa finalidade, conforme ilustração abaixo.



Figura 19: Uso dos equipamentos da academia ao ar livre do Parque Cimba. Fonte: Alves; Fernandes (2016)

Porém, no que concerne ao uso do espaço, nem todos estão satisfeitos com o que se vê cotidianamente. Isso porque, dentre os entrevistados, uma quantidade considerável suscitou a falta de responsabilidade social e ausência de postura educada por diversos dos usuários do Parque Cimba. Várias foram as informações de que frequentadores espalham lixo pelo espaço sem qualquer preocupação ambiental e/ou higiênica, tendo coletores espalhados em todo o parque em espaços determinados para isso que são desprezados por grande parte das pessoas, mesmo que ainda em quantidade insatisfatória para a demanda. Além disso, percebemos a falta de preocupação e responsabilidade com o ambiente, isso porque, pequenas plantações de árvores diversas realizadas pelo poder público foram deterioradas e destruídas por usuários do Parque.

Essa ausência de pertencimento em determinado momento, seja com o cuidado com o lixo, seja com o cuidado com as árvores, ecoa consequências gravíssimas, pois tem como

principal vítima a própria população. Registra-se abaixo a existência de uma das poucas árvores que foram preservadas no Parque Ecológico Cimba, tendo em vista estar localizada próxima a área de preservação ambiental, está mantida, mas não é suficiente para a proposta do mencionado parque nem da população.



Figura 20: Árvore de expressiva abrangência no interior do Parque. Fonte: Araguaína (2016)

Em contrapartida, há pontos positivos relatados pelos entrevistados, como o reconhecimento da importância da estrutura do parque, com a construção das pistas de corrida e ciclismo, que desencadearam a melhora no estilo de vida, além do aspecto estético da região (anteriormente uma área abandonada) e a consequente valorização dos imóveis no bairro.

Porém, não há como desprezar o questionamento no que se refere à arborização do Parque, que fora projetado para ser um parque ecológico.

Os pontos negativos apontados pelos entrevistados que frequentam o Parque indicam a notável erosão nas margens do curso da nascente da Cimba, com a necessidade de revigoramento de 30 a 40 metros das margens da nascente, além da perceptível grama plantada sem qualquer consideração com a peculiaridade do local, não observando primeiramente a rede de irrigação antes do plantio, o que ocasiona maiores cuidados e custos na manutenção do Parque. A grama necessita de irrigação, que ocorre de forma manual e não na proporção como a mesma requer. Ainda na contramão da preocupação ambiental, ratificamos os já citados depósitos tecnogênicos nas margens do curso da Nascente da Cimba (MACHADO, 2012).

O reconhecimento da ausência de preocupação no aspecto ambiental, somado à falta de cuidado dos usuários também no que concerne ao meio ambiente urbano, reforça o sentido de que não houve a implementação de um Parque Ecológico, mais que isso, demonstra que, para os frequentadores, a ausência de arborização é um problema, já que, para os usuários, tal característica impede e/ou dificulta a prática das atividades físicas – que é, como já apontamos, um dos principais elementos que motivam as visitas ao parque.

3.2.2 - Impressões dos entrevistados quanto ao ambiente

A relação entre homem e natureza ressalta uma dicotomia de que um afasta a existência do outro, ou melhor, de que um depreda a sobrevivência do outro, sem a preocupação da subsistência ou do desenvolvimento sustentável tão difundido na atualidade. A sensação de que os recursos naturais são infinitos impõe uma conduta humana despreocupada com os fatores ambientais, tão próximos de todos, mas também tão relativizados. Esta sensação é passível de percepção na cidade de Araguaína, inclusive em relação às práticas cotidianas, a exemplo das queimadas ocorridas de forma reiterada na cidade, sendo aceita e praticada por uma parte da população sem qualquer preocupação com os impactos nefastos de sua atitude. Por mais óbvia que seja a afirmação anterior, pensar as questões ambientais como sendo algo a dar sentido às coisas e os lugares não são tão recorrentes quanto necessárias.

Com a criação do Parque Ecológico Cimba, algumas situações nos foram lançadas a ponto de nos exigir o máximo de detalhamento nas análises das práticas, não apenas como objeto de reflexão, mas também como uma busca por um novo modo de relacionamento com o meio. Como assevera Landowski (2004), “a maneira de fixar a significação e o valor dos objetos a partir de critérios de ordem instrumental deixa por princípio os seres e as coisas no estatuto de realidades, por assim dizer, sem alma” (LANDOWSKI, 2004, p. 94). Como ponto emblemático nesse sentido, a construção de uma via interna, construída às margens da mata ciliar do Parque (ver figura 21), se coloca como elemento que nos causou estranheza e incômodo, pois a existência de tal rua quase que totalmente inserida dentro da faixa de uma APP contraria toda e qualquer lógica de preservação ambiental.

Assim, ao pesquisarmos junto à população frequentadora do Parque Cimba, na data de 20 de novembro de 2016, as impressões tidas sobre o ambiente no local, verificamos a ausência de um olhar com enfoque ambiental por parte de vários entrevistados, que nos informaram desconhecer a existência da via, o que nos leva a reiterar o quão séria é a questão da interação entre o sujeito e o espaço que o circunda, práticas que não contemplam um olhar mais sensível e atencioso. Dito isso, acreditamos que tal insensibilidade (e, por decorrência, insignificância do espaço) pode decorrer da regularidade com que se vivencia a exploração inadequada do ambiente, além da ausência de iniciativas que visem desenvolver uma educação ambiental na sociedade, concretizando uma forma também de educação da sensibilidade.

Não somente o sensível “se sente” (por definição), mas ele próprio faz sentido, assim como, inversamente, o sentido articulado incorpora alguma coisa que emana diretamente do plano sensível: enquanto, por um lado, a significação está já presente naquilo que os sentidos nos permitem perceber, por outro, o contato com as qualidades sensíveis do mundo fica ainda presente no plano onde o sentido articulado se constrói. (LANDOWSKI, 2004, p. 95).

É a busca pela percepção, por sentidos que nos faz enxergar o Outro e, assim, podermos identificar a elementos que, muitas das vezes, estão “apagados” pela rotina, que sequer nos permite perceber as coisas, o local, a paisagem, o ambiente, ou até de nos darmos conta da existência de uma dada situação. Dar sentido às situações é também contextualizar a materialidade no mundo, isso porque nem sempre o pragmatismo nos permite perceber o que o mundo nos apresenta. Ou seja, o sentido articulado nos faz perceber o outro de forma mais plausível, até porque sem pensar na contextualização talvez não tenhamos muito a perceber, daí a importância de buscar a significação através dos sentidos dado às coisas. Assim, pensar a construção de uma rua, malha asfáltica ou não, dentro de um Parque Ecológico, quase

mergulhada na mata ciliar, pode nos dizer algo negativo, muito mais do que efetivamente pode parecer.



Figura 21: Via às margens da mata ciliar do Parque em área APP. Fonte: Fernandes (2016).

Em que pese a questão da percepção ambiental como a sensibilidade para os valores naturais e ecológicos, o que nos retrata a imagem acima é algo diverso, muito mais coerente com a visão de urbanismo reificada a partir da hegemonia desenvolvimentista do Brasil, que a busca do equilíbrio ambiental urbano. Entre os entrevistados havia frequentadores que perceberam a construção da via, alguns responderam em comum acordo que “a abertura da rua naquele local é necessária, pois é o único local de acesso ao Parque Cimba, para entrada de material de manutenção” e gerenciamento do Parque. Reconheceram como “ponto negativo a possibilidade de entradas de pessoas com veículos automotores o que poderia viabilizar assaltos ou situação de insegurança caso a rua ficasse aberta a pessoas diferentes dos autorizados para a manutenção do Parque”. Entendem ainda que “não há qualquer impacto ao ambiente e que tal situação é necessária, pois a rua foi aberta afastada da mata, e precisa-se dela para manter o parque”.

Nas falas acima expressadas pelos entrevistados, e levando em consideração que as entrevistas foram semiestruturadas e deveriam contemplar a liberdade nas falas, ao analisarmos percebemos que há um misto de carências, no sentido de pensar o Parque Cimba à luz do termo ecológico que o mesmo traz em seu nome. Mas não foram somente os apáticos ou os que apoiam a abertura da via que verificamos, houve também os frequentadores possuídos de certo “espanto” quando questionados sobre a rua aberta naquele local e se, para eles, haveria a possibilidade de o impacto ser considerado uma agressão ao ambiente, cujas respostas foram sinalizando a crença de que tal situação poderia ser considerada de risco.

Outro entrevistado, com escolaridade superior incompleto, 30 anos, expressou que “não tinha percebido a construção daquela rua” e, no decorrer da conversa/entrevista, expressou que “talvez o sentido da referida rua é promover a mobilidade”. Questionado se haveria possibilidade de agressão ao ambiente, respondeu que “pensando bem, talvez o acesso devesse ser apenas aos pedestres, pois os carros poderiam causar uma agressão ao meio ambiente”. Dos 10 (dez) entrevistados no quesito “via dentro do Parque”, nenhum havia afirmado ter considerado tal situação, visualizado por este viés ou questionado da construção da referida rua como algo a ser prejudicial. Contrapondo o discurso popular e o técnico, entrevistamos uma profissional especialista do tema, professora universitária da UFT/Araguaína de iniciais (KGC) que questionada sobre aquela situação, expressa que

A proposta do processo de arruamento apenas servirá para intensificar a antropização da área pela proximidade com a APP – Área de Preservação Permanente, visível a olho nu, ainda, a impermeabilização disso vai criar sulcos nas bordas da rua e vai causar um processo erosivo. “Ao invés de se realizar um arruamento era mais propício que tivesse uma revegetação uma recomposição vegetal para conter a erosão do solo, manter a qualidade do ar, do ambiente, minimizando um pouco o clima por meio desse micro clima que a revegetação propiciaria, tendo assim um micro clima mais agradável, pois quanto mais vegetação menos calor”. (Entrevista concedida por KGC em novembro de 2016).

Os argumentos foram tecidos como uma análise crítica ao Parque, e está relacionada à proposta de pensar a relação social com o meio ambiente de Araguaína, deixando transparecer que, ao senso comum, tal percepção ainda não é inerente à vida cotidiana, parecendo não ser algo necessário a se pensar no momento. Aos mais técnicos, algo que incomoda é pensar os objetivos da gestão pública, cuja necessidade é atender aos imediatismos da cultura do visível em detrimento do “invisível”, ou seja, é mais interessante priorizar ações imediatistas em nome dos lucros políticos rápidos e deixar os ônus ao amanhã. Apostam, assim, na ignorância, mas também na cultura do imediatismo de uma sociedade carente de boas políticas.

3.3 Incursões à gestão participativa em Araguaína sob a ótica do Parque Ecológico Cimba: a emergência da gestão social engajada

O Parque Ecológico Cimba é referência atualmente na cidade de Araguaína, frequentado por um público considerável de pessoas residentes ou em visita à cidade, tem como outra característica ser palco de encontros, reuniões, aulas, eventos e atividades diversas. Nas entrevistas realizadas houve uma pergunta realizada que versava sobre questões diversas como vimos:

Você participou de alguma pesquisa ou teve ciência de alguma discussão sobre o projeto do Parque Cimba? Para o questionamento indicado as respostas foram:

“Não soube”

“Não tive ciência quando vi já estavam as máquinas”

“Não participei”

“Não vi falar”

Sendo que da totalidade dos entrevistados apenas 03 (três) disseram terem ouvido falar da construção do parque via televisão, ou seja, as narrativas fazem todo o sentido quando analisada levando em consideração o lugar, o momento e o contexto inserido. A não participação na construção do referido parque pela população de Araguaína traz nesta oportunidade uma discussão ainda maior, que é a ausência de pensamento e práticas coletivas de gestão participativa, inclusive com o não uso dos instrumentos disponíveis para a gestão pública, mesmo estando em vias de discussão e aprovação da revisão do Plano Diretor.

Diz muito a constatação de que os entrevistados não participaram da discussão referente à construção do Parque Cimba, momento em que há de se destacar a total ausência de gestão participativa, do que podemos depreender como sendo a ausência de uma comunicação formal entre poder público e sociedade. Certo é que a participação popular na gestão está relacionada com o exercício da democracia e de cidadania e não somente deve ser relacionado com as obrigações compulsórias de participação popular como o exercício do voto, por exemplo, mas sim com todas as interferências inerentes ao contexto das cidades, dos bairros, das vizinhanças, dentre outros, sendo esta denominada participação voluntária, que, segundo Souza (2015), “é aquela que realmente se correlaciona com processos de organização e luta pela conquista de

novos direitos” (SOUZA, 2015, p. 333). Nesse sentido, há ainda de esclarecer que a participação popular não é garantia de eliminação dos erros, ou de acerto, porém, a existência da mesma pode diminuir categoricamente certas distorções (SOUZA, 2015).

Associando as falas colhidas nas entrevistas, em especial as que mencionam aspectos negativos do Parque Cimba, foi possível notar a total ausência de responsabilidade dos entrevistados para com aquele espaço público. Inexiste, por parte dos entrevistados relacionados, qualquer ação, questionamento ou atitude indicada por qualquer deles no que se refere à gestão do parque ou à sua manutenção. O parque Cimba é carente de lixeiras seletivas e até mesmo as lixeiras comuns, não há nas dependências do parque qualquer sistema de limpeza, senão a realizada pela prefeitura em momentos determinados e a atitude dos próprios usuários. Nesse sentido, a associação da sociedade e da gestão seria benéfica à situação analisada, o que nos remete a fala de Souza (2015), quando o mesmo diz que:

Ao participar de uma decisão, um cidadão se sente muito mais responsável pelo seu resultado – para o bem, caso a decisão se mostre acertada, e para o mal, caso a decisão se revele equivocada. Isso não é relevante apenas sob o ângulo do amadurecimento político da população; isso é importante também na medida em que, ao sentir-se mais responsável, a população irá cuidar mais e fiscalizar mais (por exemplo, evitando que o patrimônio público seja depredado). (SOUZA, 2015, p. 334)

Da associação dos elementos percebidos e das discussões reconhecidas a partir das entrevistas, é perceptível que a gestão pública atual não possui uma associação com os frequentadores do parque, no sentido de busca por indicações ou necessidades inerentes aos usuários. A gestão atual, mas não somente ela, prática a cultura do imediatismo, isso porque o parque cimba foi inaugurado há mais de 02 (dois) anos e o mesmo ainda está em processo de conclusão, por iniciativa única e individual do poder público, porém, está em plena atividade e uso, sem a resolução de vários aspectos relacionados à segurança pública, à regulamentação dos vendedores ambulantes, à existência de lixeiras seletivas, à concretização de iniciativas para a preservação do meio ambiente urbano com a manutenção das espécies nativas de plantas, dentre outros fatores.

Prova dessa desassociação é o fato de que somente em junho de 2017 houve, por parte do Município de Araguaína, a instalação de irrigação da grama no parque. Conforme apresentado nesta pesquisa, a grama fora plantada e, durante a estiagem, sofreu um processo de deterioração por ausência de água bastante agressivo, como percebido nos registros fotográficos presentes nesta pesquisa. Noticiada na página oficial da Prefeitura de Araguaína, a afirmação

de que a irrigação veio como solução definitiva dos problemas da seca no local, como demonstra a seguir.



Figura 22: Sistema de irrigação instalado em junho de 2017. Fonte: Página da prefeitura de Araguaína na rede social Facebook.

A informação lançada pelo poder público em sua mídia social referente ao sistema de irrigação implantado no Parque Cimba indica que a água é retirada da nascente do Córrego Canindé, e seu site oficial apresenta que:

O sistema de irrigação do Parque Cimba em Araguaína já está funcionando. No total, são 466 aspersores implantados em 12 pontos distribuídos em todo o parque. O sistema é automático e para cada ponto são 30 minutos regando a grama, perfazendo um total de seis horas diárias. A irrigação começa a partir das 9 horas e prossegue durante todo o dia. A água usada no processo é da própria nascente do Córrego Canindé, recuperada pela Prefeitura e que forma o lago do parque. (MATOS, 2017)

A divulgação é no sentido de informar a população sobre as melhorias realizadas no Parque Cimba, conforme a publicação apresentada abaixo (figura 23), e convencê-la de que a preservação ambiental é uma preocupação social e de todos.



Figura 23: Imagem de divulgação da Prefeitura de Araguaína. Fonte: Página da prefeitura de Araguaína na rede social facebook

Porém, o discurso realizado não está associado às práticas públicas efetivas no contexto local, assim como não faz parte de uma consciência ambiental. Há de se ressaltar que a informação trazida acerca da recuperação da nascente não condiz com uma realidade presenciada no local, posto que às margens da referida nascente e em seus arredores ainda há moradores, casas, construções. A nascente encontra-se como ponto final das ruas situadas acima do Parque Cimba, em especial Avenida Amazonas, que, conforme registro fotográfico realizado e presente nesta pesquisa, sofre de graves problemas de assoreamento e erosão, o que faz com que seja questionável a afirmação da gestão pública atual de recuperação de nascente, pelo simples fato da existência de construção de um lago artificial e retirada de lixo.

A discussão acerca da visão economicista, presente no capítulo 2, desenvolvida por Pierre George, retrata bem a situação apresentada, em que a exploração do verde e do discurso

ambiental não têm relação prática e efetiva com a preservação ou com o crescimento sustentável. Vale ressaltar que para a recuperação das nascentes não há necessidade de construção de cascata e/ou lago artificial ou de pneus com concretos, mas sim, há a necessidade de promoção e preservação da vegetação nativa, com plantio de árvores, desocupação da área, implementação de um sistema de saneamento e esgoto dos arredores e a resolução do assoreamento e das erosões na localidade, o que não é possível constatar.

Em que pese a gestão atual esteja engajada em convencer a população de Araguaína de que o Parque Cimba é, de fato, um parque ecológico, com preocupação e preservação ambiental. Os problemas aqui discutidos dão conta de que não passa de um discurso economicista, capaz de satisfazer aos interesses e objetivos, que notoriamente não estão associados com as causas ambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as discussões trazidas e fundamentadas nas observações realizadas nos três capítulos que se completam, foi possível perceber o pouco privilégio que possuem as questões ambientais na sociedade local. Quer seja por questões culturais, econômicas ou políticas, estamos diante de uma sistemática que não favorece a preservação ambiental. A ocupação da terra no contexto histórico foi privilegiada, foi discutida a fim de apresentar aspectos teóricos que dessem sustentação às análises da configuração espacial e das práticas exercidas na cidade de Araguaína, conhecida como a capital econômica do Estado (a “Capital do Boi Gordo”), mas que padece de problemas estruturais primários e merecedores de discussão.

O crescimento econômico da cidade de Araguaína fez parte do projeto de desenvolvimento do norte goiano e de como sua relação privilegiada com a construção da Rodovia Belém-Brasília, pela sua localização geográfica, foi motivo para que a cidade se desenvolvesse. Porém, a discussão acerca de tal desenvolvimento nos permitiu considerar que este ocorreu sem planejamento, uma vez que a cidade cresceu e se consolidou economicamente, mas que sofreu com a falta de uma organização voltada para interesses comuns e relativos ao meio ambiente. As ocupações irregulares de terra e a falta de organização por parte dos gestores locais fizeram com que determinadas práticas, como as invasões de terras, não fossem contidas, muito menos discutidas socialmente, o que ocasionou sua recorrência constantemente.

Como mencionamos, existem atualmente ainda vários bairros constituídos na cidade de Araguaína, a exemplo do Bairro São João e Vila Couto Magalhães, que não foram sequer loteados e/ou documentados, ou seja, os habitantes não possuem escritura pública de seus terrenos, o que é fruto da forma como a população exerce o seu direito de propriedade e a forma como a mesma entende a devida ocupação do solo. Os bairros, vilas e condomínios foram constituídos sem qualquer controle ou organização, desembocando em um problema evidente a todos da sociedade araguainense.

Nesse sentido, a construção do Parque Cimba, trouxe consigo vários questionamentos. O primeiro deles se referia à significação. Com a alteração da paisagem realizada com a limpeza da área, o renascimento da história relacionada com as ruínas existentes no local, assim como o mais forte deles, a atenção e proteção ao meio ambiente. Porém, quando nos deparamos com a construção do Parque, indissociável foi a necessidade de analisarmos a sua caracterização e percebermos como o mesmo foi criado – de forma tão dissociada da realidade local no que tange às características ambientais, urbanas, hábitos e sociabilidade da população de forma

representativa. Passamos por pensar o crescimento urbano já tão discutido em Araguaína e realizado de forma a demonstrar certo descompromisso das gestões de Araguaína em geral.

Nesta relação, a construção do Parque Cimba, vem ao encontro das práticas de ações emergentes quando se trata de planejar a cidade ou aprovar o Plano Diretor, uma espécie de “toque de caixa”. Quer seja por falta de entendimento da necessidade da participação, quer seja com a intenção de anular o processo democrático, o que verificamos é que a construção do Parque não levou em consideração situações inerentes à sua própria concretização no conjunto ambiental da cidade. Em especial, pensar em um parque ecológico é pensar em tranquilidade, natureza, verde, bem estar, ou seja, a finalidade que se propunha, porém, vários são os problemas verificados neste projeto constatados. Projetar um parque ecológico, dissociado dos interesses locais é desprivilegiar a muitos e impor uma realidade diversa ao necessário, sem qualquer comprometimento. Observamos, ao longo da pesquisa, que é possível valorizar os interesses locais e seus conhecimentos sem desprezar o global, porém, a imposição a algo pronto, não discutido, não experienciado, é necessariamente falho.

Não se pode simplesmente, ao bel prazer da gestão em exercício, construir um parque, sem pensar em seus usuários, frequentadores e habitantes. Um dos primeiros problemas que foram ressaltados foi a ausência da participação engajada entre a população e a gestão pública. Neste sentido, há indícios de que não se foi pensado, por exemplo, o trânsito dos arredores do parque, os impactos das ocupações sobre as nascentes que estão situadas até hoje no mesmo local, ou mesmo o assoreamento advindo da falta de organização urbana do loteamento escolhido para ser abrigo do Parque Cimba, ou seja, a caracterização local atual nos diz muito sobre os problemas ambientais a serem enfrentados.

A análise da revisão do Plano Diretor de Araguaína e seu processo participativo nos deu subsídio para afirmar que não ocorre a participação popular nas decisões da gestão pública local. Isso porque, a revisão do Plano Direto é o meio legal e apto para que haja uma discussão em todo o município sobre o planejamento municipal, o que foi desprezado no ano de 2015. Não existiu nem participação popular, nem planejamento que pudesse privilegiar a realidade local, visto que sem as discussões seccionadas, é inviável e improvável o pensar socialmente, inclusive no que se refere às questões ambientais, sendo que na revisão do plano diretor, as mesmas devem ser pensadas e privilegiadas, para fins de execução e proteção nos anos seguintes.

A teoria utilizada para analisar os discursos e as falas levantadas nas entrevistas realizadas aos frequentadores do Parque Cimba, nos mostra que a percepção ambiental dos mesmos é pequena e, às vezes, inexistente, sendo um problema que deve ser tratado com afinco

pela Educação, como a ausência de menções, nas falas, no que se refere à preocupação com as plantas nativas, com a água, com o verde, com a grama, com o tráfego, e com Nascente. Como demonstrado ao longo do texto, as falas sugerem os pontos positivos que jamais se associam com preservação ambiental, e aos pontos negativos são em relação à falta de segurança e iluminação na maioria das vezes, ou seja, esta falta de constatação de problemas ambientais, ou de preocupação com os recursos naturais postos em suas vidas através do contato com o parque cimba, passou despercebido. A percepção ambiental é praticamente ausente nas falas assumidas pelos frequentadores do Parque Cimba, cujo objetivo na grande maioria dos frequentadores é o de lazer, não necessariamente associado com o verde, com a coleta seletiva de lixo, com a preservação da Nascente, ou com a busca pelos valores ambientais.

Assim, com tais resultados, é possível apresentar proposições para uma melhor qualidade ambiental à sociedade urbana de Araguaína, a partir da coleta de dados históricos, sociais, geográficos locais como a realização: a) fórum permanente de gestão engajada com canais de acesso à população para contato direto com a gestão pública em exercício; b) realização de políticas de Educação Ambiental na rede pública municipal em parceria com entidades de classe ou representações sociais; c) reuniões com os presidentes de bairro e associações de moradores para a coleta de problemas locais a serem discutidos nas devidas áreas e privilegiados pela gestão local; d) concretização de ações práticas por parte dos órgãos públicos que reafirmem a preocupação ambiental, como instalação de equipamentos próprios para a coleta seletiva de lixo, arborização nativa, reforço na vigilância sobre as APPs; promoção da segurança pública, no caso do Parque Cimba, policiamento com uso de equipamentos não poluentes, a exemplo de bicicletas, além da recuperação efetiva e compromissada na manutenção da Nascente, com o mínimo possível de impacto, ampliação da mata ciliar às margens. Assim, pensamos que o Parque Cimba deve servir como ponto de partida para iniciar uma gestão ambiental equilibrada da cidade, pressupondo a participação engajada da sociedade local, devidamente representada em seus segmentos, não de forma emergente, mas num processo constante, progressivo e interativo.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográfica: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

AF NOTÍCIAS. Araguaína. **Nove loteamentos de Araguaína têm vendas de imóveis suspensas após apresentarem graves irregularidades**. Disponível em: <http://afnoticias.com.br/nove-loteamentos-de-araguaina-tem-venda-de-lotes-suspensas-apos-apresentarem-diversas-irregularidades/>. 10 mai 2017.

ARAGUAÍNA. **Município de Araguaína** – turismo. [2013]. Disponível em: <http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Licitação:** edital 9/2016. 2016a. Disponível em: <https://admin.araguaina.tk/Arquivo/Licitacao/pdf/7438.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Plano municipal de drenagem urbana e manejo de águas pluviais (PMDU)**. 2016b. Disponível em: <http://araguaina.to.gov.br/portal3.0/portal/pdf/2000.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Notícias - Avança obra da Via Lago com etapa de fundação da ponte**. 2016c. Disponível em: <http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=1647#.WHjSAjUInc4>>. Acesso em: 10 jan. 2017

_____. Lei Nº 2424/2005. **Lei Municipal Plano Diretor de Araguaína**. Disponível em: <http://leis.araguaina.to.gov.br/lei/2424/611.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Minuta do anteprojeto de lei complementar de revisão do plano diretor de araguaína**. Disponível em: <http://planodiretor.araguaina.tk/Arquivos/MinutaDoAnteprojeto.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 17 - 42.

BOBBIO, Norberto. “A era dos direitos”/ “Direitos do homem e sociedade”. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 8.

BRASIL. Lei de nº 601/1850. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. 10 nov. 2016

_____. Lei Nº 10.257/2001. **Estatuto da cidade**: estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2001.

_____. Resolução de nº 369/2006. **Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

_____. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2017

DEL NEGRI, A. **A divisão no espaço urbano**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ENCONTRA ARAGUAÍNA [2016]. Disponível em: <<http://www.encontraaraguaina.com.br/araguaina>>. Acesso em: 10 de nov. 2016

FECHINE, Y.; NETO, J. P. V. Regimes de interação em práticas comunicativas: experiência de intervenção em um espaço popular em Recife (PE). **Anais de evento**: Encontro da COMPÓS, PUC Rio, 2010.

FONTANILLE, J. Territoire: du lieu à la forme de vie. **Actes Sémiotiques** [Online]. 2014. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/pdf/5239>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Médias régimes de croyance et formes de vie. In: OLIVEIRA, A. C. (Org.). **As interações sensíveis**. [S.l.]: Estação das Letras e Cores, 2013. p.131-148.

FUÃO, F. O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido?. **Agulha - Revista de Cultura**. Fortaleza, n. 39, p. 01-22, 2004.

FULANETI, O. de N. Entre a rua e a rede: uma análise semiótica das manifestações políticas contemporâneas. **CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada**. Araraquara, v.13, n.2, p. 253-279, 2015.

GEORGE, P. **O meio ambiente**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

GOIÁS. Lei nº 2.125, de 14 de novembro de 1958. Cria o município de Araguaína e dá outras providências. **Diário Oficial**. Disponível em: <http://www.gabinetcivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1958/lei_2125.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170210>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

LANDOWISKI, E. **Interações arriscadas**. Trad. Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores; Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2014.

_____. Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido. **Galaxia** (Online), n. 27, p. 10-20, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/v14n27/02.pdf>>. Acesso em: 25 jun 2016.

_____. O olhar comprometido. **Galáxia** (Online), São Paulo, n. 2, p. 17-56, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1241/747>. Acesso em: 25 jun 2016.

_____. Para uma semiótica sensível. Revista Educação e Realidade. **Educação & Realidade** (Online), n. 30(2), p. 93-106, jul./dez. 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIRA, E. R. **A Gênese de Palmas – Tocantins**: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MACHADO, C. A.; OLIVEIRA, V. M. de. Planejamento Ambiental Para a Cidade de Araguaína-TO. **Revista Interface**. Porto Nacional, v. 2, n. 2, p. 52-65, mai. 2005.

MACHADO, C. A. **Gênese e morfologia de depósitos tecnogênicos na área urbana de Araguaína (TO)**. 2012. 169 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2012.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990. 157 p.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 505 p. (Humanitas).

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOTA, S. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: UFC, 1981.

NOLASCO, E. C. **Perto do coração selbajeda crítica fronteriza**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2003

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. av**, São Paulo, n. 68, v. 24, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009>. Acesso em 10 de nov 2016.

PARENTE, T. G. O ouro como fonte de Atraso. In: GIRALDIN, O. (Org.). **A (Trans) formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2002.

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas**: um estudo de Araguaína – TO. 2013. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2013.

PORTAL O NORTE. **Araguaína. Lago Azul permanecerá seco durante dois anos; revitalização da barragem está prevista pra terminar em dezembro de 2013**. Disponível em: <http://www.portalonorte.com.br/araguaia-10293-lago-azul-permanecera-seco-durante-dois-anos-revitalizacao-da-barragem-esta-prevista-pra-terminar-em.html>>. 10 jan 2017

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia**. São Paulo: Ática 1990.

RODRIGUES, J. C. **Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense**. 2008. 147 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente (SP), 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A natureza do espaço: razão, técnica e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

SILVA, E. da. **Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense**. 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências – Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

_____. Cidade, território e rede na modernização agrária do Brasil e a abordagem sobre Mato Grosso. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v. 4, n. 8, p. 39-56, jul./dez. 2010.

_____. Abordando Araguaína (TO) sob a tríade: território, cidade e rede no Brasil. **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, 2014.

SILVEIRA, M. C. B. **Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)**. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TECHNUM CONSULTORIA. **Revisão do Plano Diretor de Araguaína/ TO**. Araguaína, 2016.

TONINI, Q. **Dom Orione: entre diamantes e cristais**. Fortaleza: Expressão, 1959.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 2012.

TUCCI, C. E. M. et. al. **Gestão da água no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2003. 156 p.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VELOSO, E. Crescimento urbano e degradação ambiental na cidade de Araguaína: o caso da nascente do córrego Cimba. **Revista Tocantinense de Geografia**. Araguaína, v. 4, n. 6, ago./dez. 2015.

APÊNDICES

ENTREVISTA

Questionamentos a ser aplicado na pesquisa envolvendo o Parque Cimba de Araguaína-TO na Perspectiva do Espaço e Lugar, para o programa de Mestrado em Cultura e Território pela Universidade Federal de Araguaína.

1) Idade: _____

2) Escolaridade:

a) Ensino Fundamental

b) Ensino Médio

c) Ensino Superior

d) Pós-Graduação

e) Outros: _____

3) Onde reside? Em qual bairro de Araguaína?

4) Com que frequência você vem ao Parque Cimba?

5) Quanto tempo você permanece no Parque?

6) Por que você vem ao Parque? (Ou seja, qual objetivo?)

7) Qual a sua impressão do Parque? Aspectos positivos e negativos.

8) Você tem críticas sobre o Parque?

9) O que você acha da estrutura do local, a entrada, as pistas, as ruínas, a arborização e paisagem, etc?

10) Seus vizinhos ou amigos também frequentam o Parque?

11) Conhecia este local antes de se tornar parque Cimba?

12) Você participou de alguma pesquisa ou teve ciência de alguma discussão sobre o projeto do Parque Cimba?
